

**PROJETO FIPE | SDR**  
apoio técnico e logístico  
ao planejamento e governança  
para o desenvolvimento regional

**Conselho de Desenvolvimento  
Aglomerado Urbana de Franca**

Andrea Calabi | coordenador geral

Junho/2022

## Objetos centrais do PDUI-AUF:

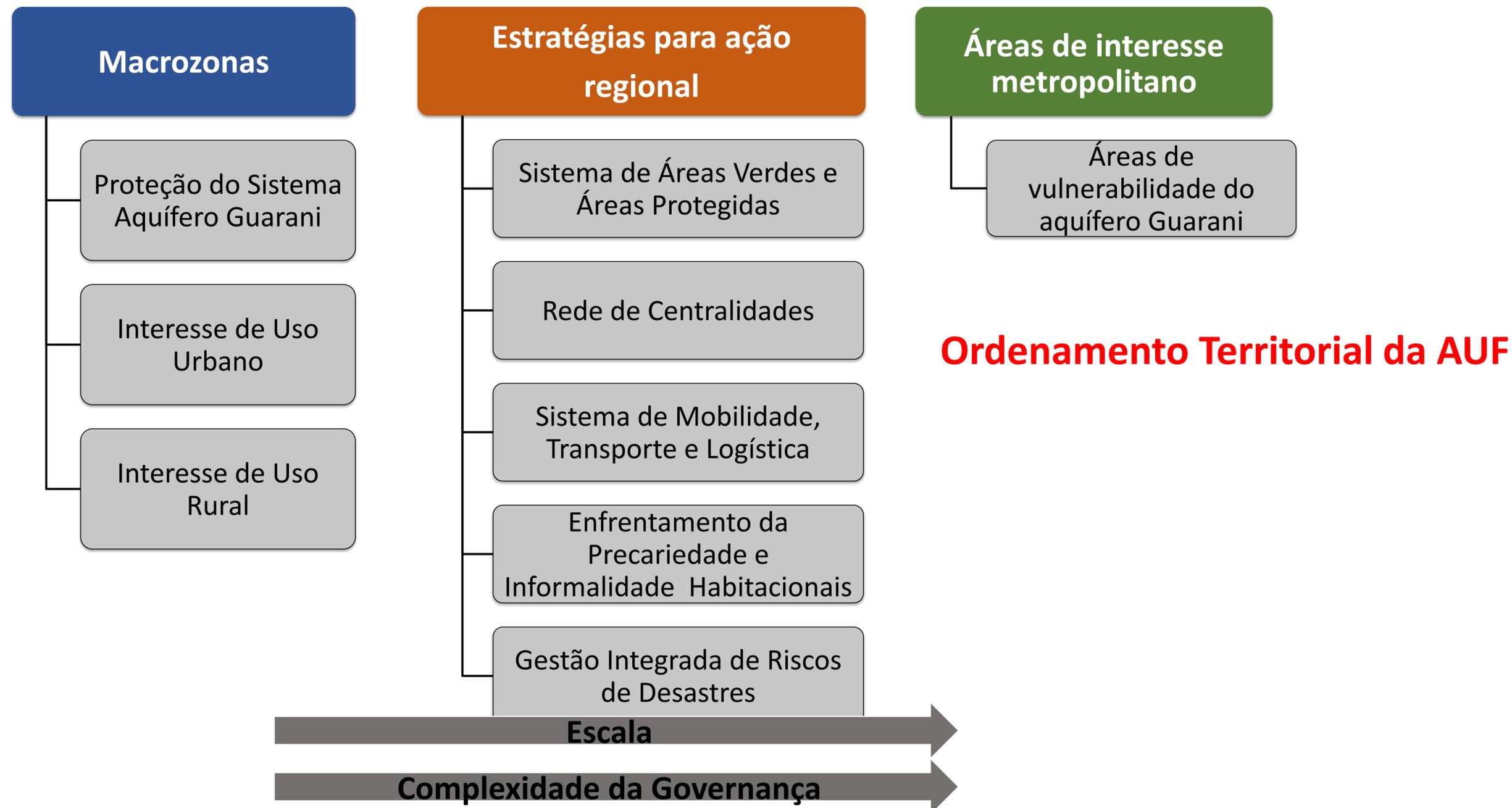
### ▣ Ordenamento Territorial da Unidade Regional,

- 1) **Macrozoneamento regional** – São diretrizes gerais; oferecem as bases para articulação dos municípios quanto ao ordenamento territorial – **parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e rural**.
- 2) **Estratégias para ação regional** – **Articulação setorial das políticas públicas** que afetam a qualidade do território regionalmente.
- 3) **Áreas de interesse metropolitano** – **Porções do território sujeitas a controles especiais**, por meio de planos de intervenção urbana.

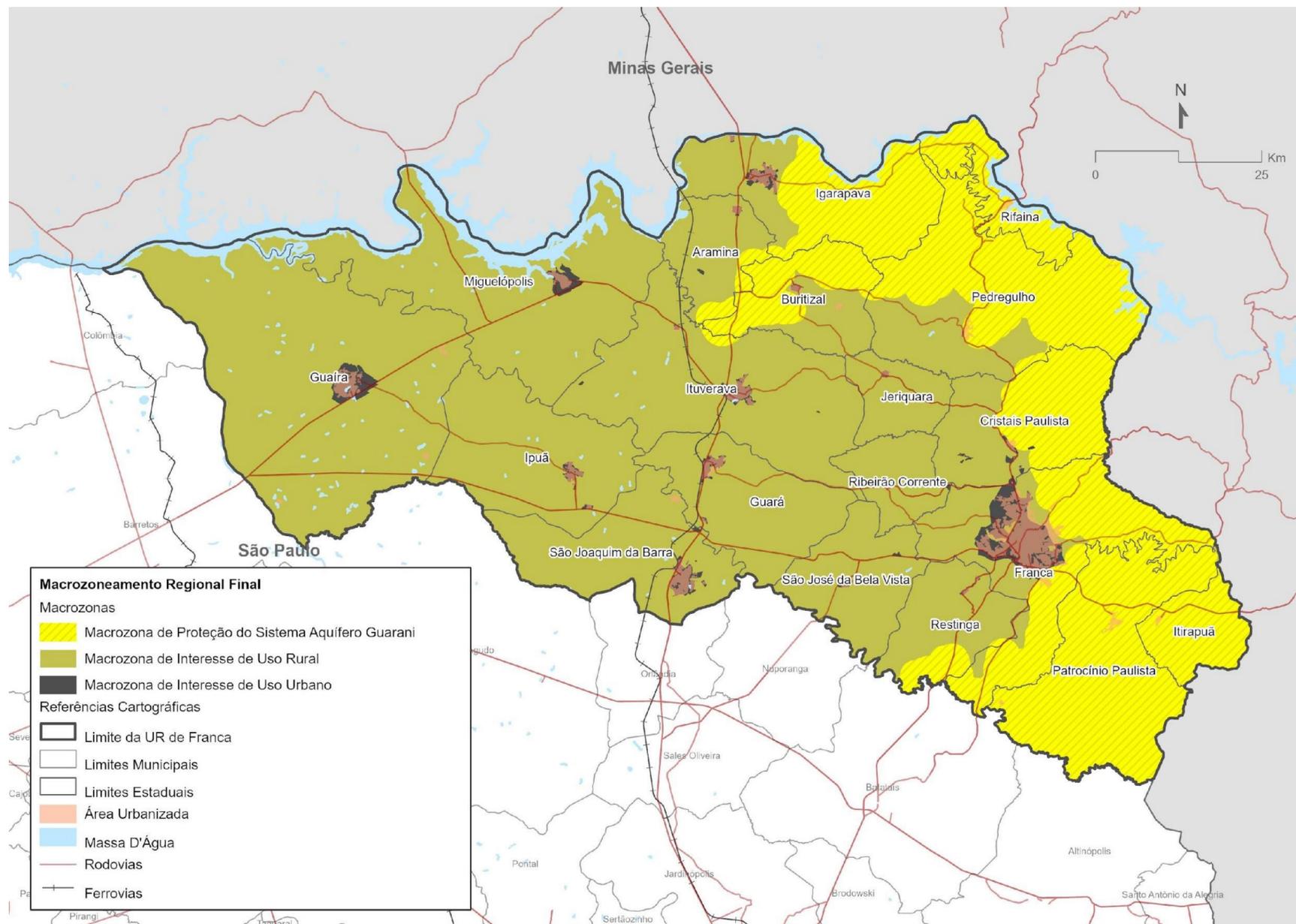
### ▣ **Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) (diretrizes)**

- São aquelas que ultrapassam os domínios de um município. Em geral são definidas na lei de criação das Unidades Regionais.

São diretrizes gerais; oferecem as bases para articulação dos municípios quanto ao ordenamento territorial – parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e rural



## Proposta Final de Macrozoneamento da AUF



### ◆ Macrozona de Proteção do Sistema Aquífero Guarani

**Objetivo:** Áreas de ocupação urbana ou rural cujos usos são pautados por ações e diretrizes que evitem impactos nas regiões de recarga do Sistema Aquífero Guarani (SAG)

### ◆ Macrozona de Interesse de Uso Rural

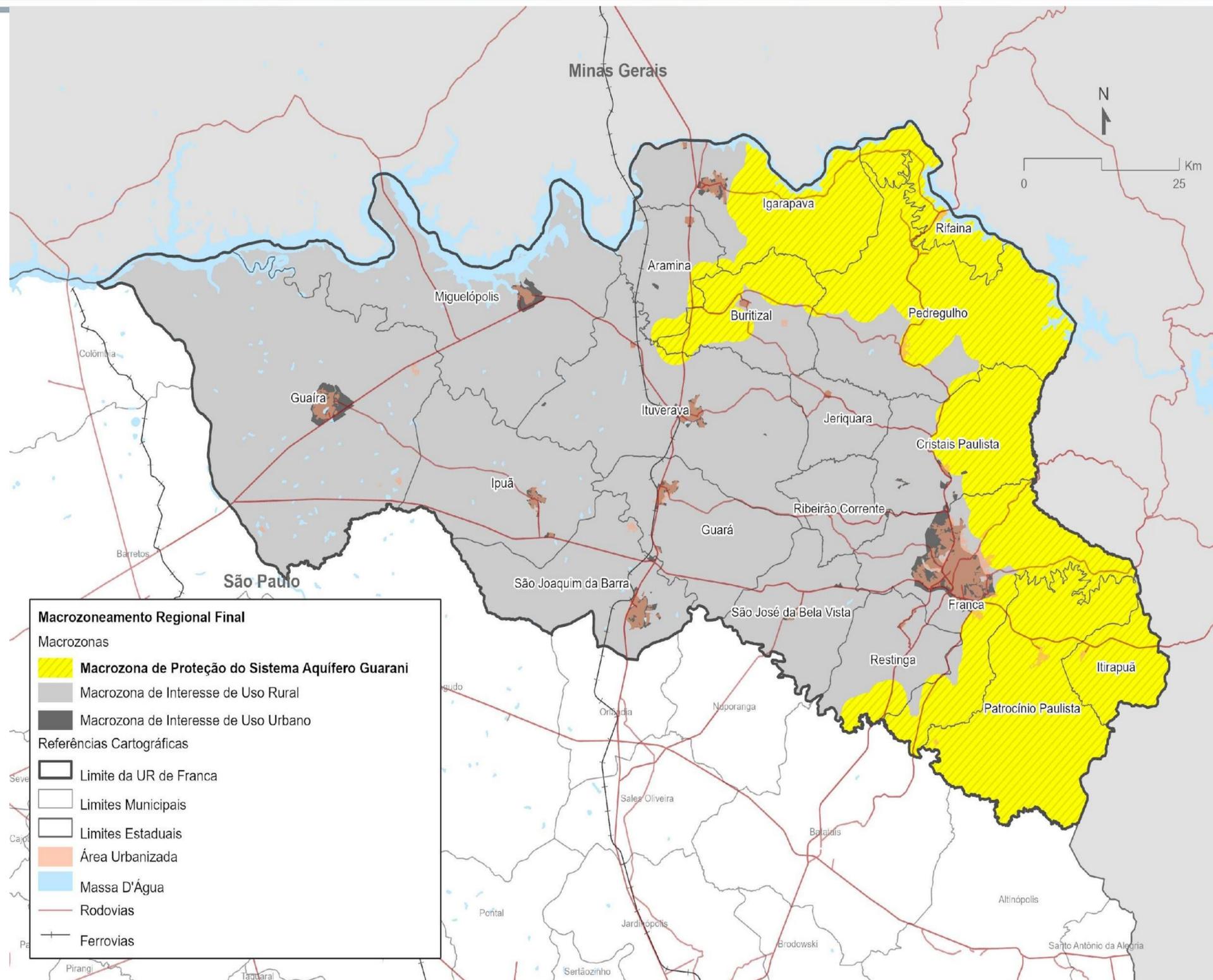
**Objetivo:** Desenvolvimento das áreas rurais e de produção agrícola com sustentabilidade ambiental, econômica e social.  
**Composição:** zonas rurais municipais, exceto Unidades de Conservação

### ◆ Macrozona de Interesse de Uso Urbano

**Objetivo:** Abrigar a urbanização, de acordo com os condicionantes do sítio físico, da infraestrutura instalada e da legislação ambiental vigente.  
**Composição:** zonas urbanas municipais

## Cada Macrozona traz:

- ❖ **Diretrizes Gerais**
- ❖ **Diretrizes de orientação para adequação/revisão dos planos diretores municipais**
- ❖ **Diretrizes para revisão de leis acessórias – parcelamento e uso e ocupação do solo**



## Macrozona de Proteção do Sistema Aquífero Guarani

## Macrozona de Proteção do Sistema Aquífero Guarani

### Diretrizes Gerais (algumas)

- ❖ Garantir a disponibilidade hídrica
- ❖ Disciplinar as atividades com potencial de contaminação
- ❖ Controlar a quantidade e a qualidade da água infiltrada
- ❖ Garantir a proteção do Bioma Cerrado, conforme previsto na Lei do Cerrado, Lei Federal nº 13.550, de 02 de junho de 2009;
- ❖ Coibir atividades antrópicas que resultem em impactos ou extinção de espécies da flora e da fauna;
- ❖ Coibir a instalação de novos aterros sanitários e estimular a adoção de arranjos intermunicipais
- ❖ Estimular a conservação do solo, a partir da implementação de práticas que visem ao controle dos processos erosivos

## Diretrizes Gerais (Sistema do Aquífero Guarani)

- **Garantir a disponibilidade hídrica;**
- Garantir o saneamento ambiental nas áreas urbanas e rurais
- **Disciplinar as atividades com potencial de contaminação do SAG;**
- Prevenir os processos de dinâmica superficial;
- Preservar as áreas planas, as áreas de várzea e as nascentes;
- **Controlar a quantidade e a qualidade da água infiltrada;**
- Implantar sistemas de retenção, filtragem e infiltração de águas pluviais, potencializando a recarga do SAG;
- Incentivar a adoção de desenho urbano sensível à água, com infraestruturas urbanas e sistemas de drenagem sustentáveis que aumentem a permeabilidade do solo urbano;
- Privilegiar soluções baseadas em natureza para a gestão da água e para a promoção da infraestrutura urbana;
- Proteger e conservar os remanescentes florestais, as áreas de preservação permanente (conforme disposto no Código Florestal) e as áreas de Reserva Legal do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural, bem como promover a revegetação das áreas degradadas;
- **Garantir a proteção do Bioma Cerrado, conforme previsto na Lei do Cerrado, Lei Federal nº 13.550, de 02 de junho de 2009;**
- Incentivar a criação de áreas protegidas, de áreas verdes e de equipamentos comunitários, visando à preservação de áreas florestadas;
- Promover e aplicar instrumentos de compensação ambiental (PSA, compensação financeira e demais instrumentos);
- **Coibir atividades antrópicas que resultem em impactos ou extinção de espécies da flora e da fauna;**
- **Coibir a instalação de novos aterros sanitários e estimular a adoção de arranjos intermunicipais;**
- Recuperar as áreas com processos erosivos já iniciados.
- Promover a adaptação baseada em ecossistema como estratégia para enfrentar as mudanças climáticas na região.
- Proteger o meio ambiente, garantir o seu uso racional e estimular a recuperação dos recursos naturais, em consonância com a Lei Federal nº 8.171, de 1991, que estabelece a política agrícola;
- Estimular a agroecologia, a agricultura familiar, a agricultura orgânica e as agroflorestas;
- **Estimular a conservação do solo, a partir da implementação de práticas que visem ao controle dos processos erosivos.**

## Proposta Final de Macrozoneamento da AUF - Macrozona de Proteção do Sistema Aquífero Guarani

### DIRETRIZES DE ORIENTAÇÃO PARA ADEQUAÇÃO/REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

#### **Núcleos urbanos consolidados**

- Implementar ações de saneamento ambiental preventivas ou corretivas nos núcleos urbanos;
- Promover políticas, planos e ações integrados em áreas sem restrição à ocupação, que visem à qualificação urbana, com ênfase na regularização fundiária, nos serviços de saneamento básico e na oferta de equipamentos urbanos, em consonância com o Artigo 42-B do Estatuto da Cidade;
- Proteger o entorno dos poços tubulares ativos e tamponar os poços abandonados;
- Ampliar as redes coletoras de esgoto e reduzir vazamentos;
- Delimitar as zonas potenciais de contaminação das águas subterrâneas por nitrato proveniente de sistemas de saneamento;
- Regenerar e ampliar as áreas verdes nos centros urbanos.

#### **Novos parcelamentos**

- Evitar a instalação de loteamentos e a expansão urbana nas áreas de várzea;
- Condicionar a ocupação da área a atividades ou empreendimentos que assegurem a permeabilidade natural do solo e que possuam parcelas de áreas verdes significativas (definidas por estudos técnicos);
- Controlar as transformações de uso decorrentes da expansão urbana de forma planejada, atendendo às exigências estabelecidas no Artigo 42-B do Estatuto da Cidade;
- Utilizar o instrumento da outorga onerosa de alteração de uso para conversão do solo rural para urbano nos processos de regularização fundiária de interesse específico de núcleos situados em áreas rurais, como forma de controlar e coibir a dispersão de loteamentos irregulares fora dos perímetros urbanos municipais.

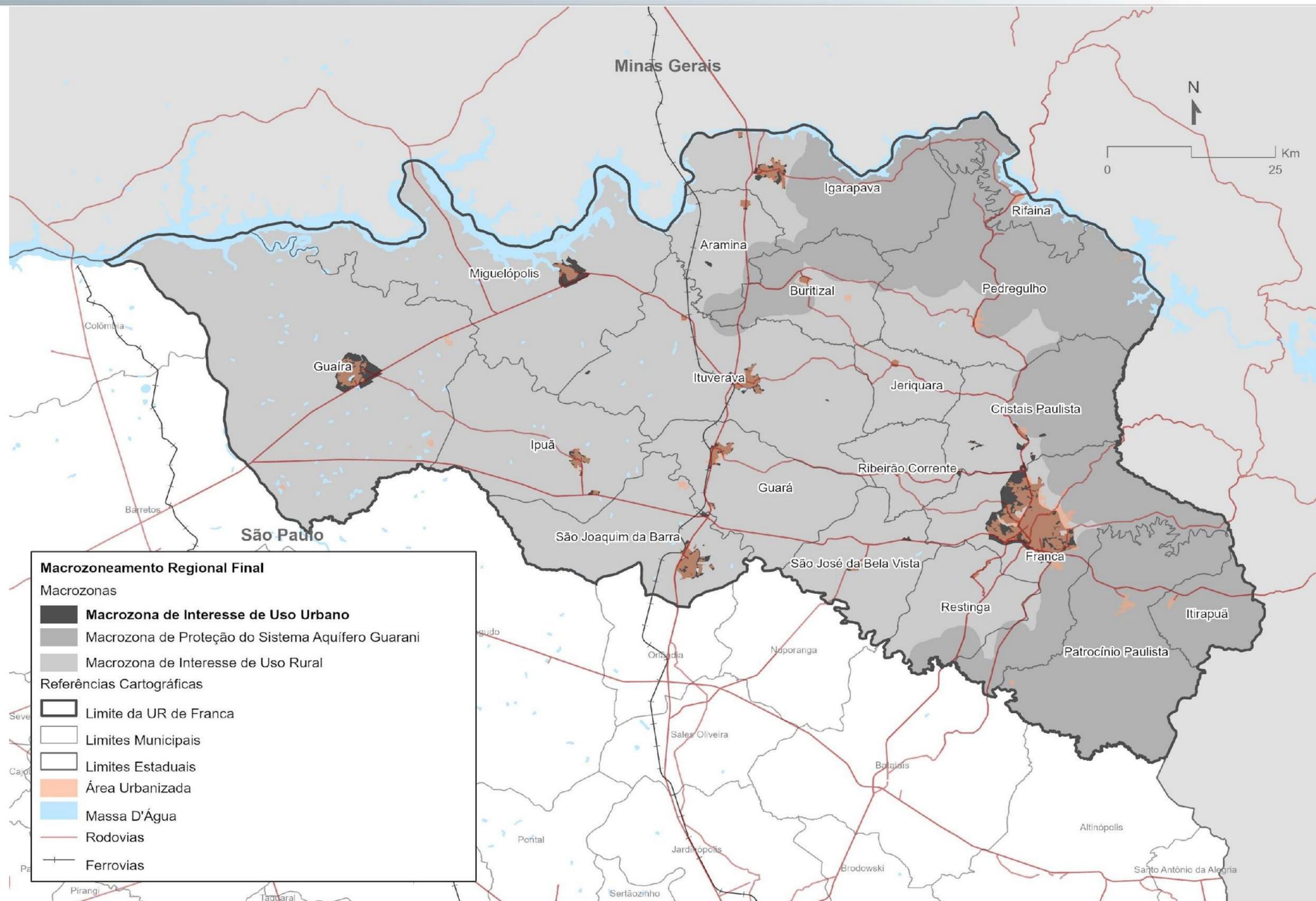
### Áreas rurais:

- Controlar e monitorar a ocupação das áreas agrícolas;
- Priorizar as culturas de longo ciclo e evitar as práticas de agricultura mecanizada em áreas de maior declive;
- Atender as recomendações técnicas e as normas vigentes relacionadas à construção de fossas sépticas, poços tubulares profundos e poços e cacimbas;
- Implantar fossas sépticas biodigestoras;
- Incentivar a coleta, triagem, a reutilização e a reciclagem dos resíduos sólidos, bem como a compostagem do lixo orgânico;
- Implementar ações preventivas ou corretivas nas áreas agropastoris que utilizam adubos, fertilizantes e efluentes com benefício agrônomo;
- Implantar sistemas de coleta, afastamento e tratamento dos efluentes sanitários.

### DIRETRIZES PARA REVISÃO DE LEIS ACESSÓRIAS – PARCELAMENTO E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

- Cumprir as determinações sobre parcelamento, uso e ocupação do solo previstas para as Unidades de Conservação existentes e as que vierem a ser criadas, inclusive zona de amortecimento, nos termos das legislações federal, estadual e municipal pertinentes.
- Compatibilizar os usos com as condicionantes geológico-geotécnicas e de relevo dos terrenos.
- Restringir atividades incompatíveis e garantir a contenção da expansão urbana sobre áreas de mananciais hídricos.
- Nas áreas que estão sobre sistemas aquíferos de abastecimento hídrico, como o Guarani, avaliar a sua vulnerabilidade à contaminação e os perigos ao abastecimento público, estabelecendo critérios técnicos mais restritivos de uso e ocupação do solo.
- Manter a integridade das Áreas de Preservação Permanente, conforme disposto na Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal)

### Macrozona de Interesse de Uso Urbano



## Diretrizes Gerais (algumas)

- Recuperar a qualidade dos sistemas ambientais existentes, especialmente dos rios, córregos e áreas vegetadas, articulando-os adequadamente com os sistemas urbanos;
- Zelar pelo cumprimento das determinações previstas para as Unidades de Conservação existentes e as que vierem a ser criadas, nos termos das legislações federal, estadual e municipal pertinentes
- Controlar as transformações de uso decorrentes da expansão urbana de forma planejada, atendendo às exigências estabelecidas no Artigo 42-B do Estatuto da Cidade;
- Regenerar e ampliar o incremento de áreas verdes nos centros

## Proposta Final de Macrozoneamento da AUF - Macrozona de Interesse de Uso Urbano

### Diretrizes Gerais

- Recuperar a qualidade dos sistemas ambientais existentes, especialmente dos rios, córregos e áreas vegetadas, articulando-os adequadamente com os sistemas urbanos;
- Minimizar os problemas existentes nas áreas com riscos geológico-geotécnicos, de inundações e decorrentes de solos contaminados, e prevenir o surgimento de novas situações de vulnerabilidade;
- Qualificar e complementar o sistema de mobilidade, com a integração entre os sistemas de transporte coletivo, viário, cicloviário e de circulação de pedestres entre os municípios;
- Zelar pelo cumprimento das determinações previstas para as Unidades de Conservação existentes e as que vierem a ser criadas, nos termos das legislações federal, estadual e municipal pertinentes;
- Garantir a proteção do Bioma Cerrado, conforme previsto na Lei do Cerrado, Lei Federal nº 13.550, de 02 de junho de 2009.
- Promover políticas, planos e ações integrados que visem à qualificação urbana, com ênfase na regularização fundiária, nos serviços de saneamento básico e na oferta de equipamentos urbanos, em consonância com o Artigo 42-B do Estatuto da Cidade, em áreas sem restrição à ocupação;
- Controlar as transformações de uso decorrentes da expansão urbana de forma planejada, atendendo às exigências estabelecidas no Artigo 42-B do Estatuto da Cidade;
- Regenerar e ampliar o incremento de áreas verdes nos centros urbanos;
- Utilizar instrumentos de política urbana – tais como a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso – para recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

## Proposta Final de Macrozoneamento da AUF - Macrozona de Interesse de Uso Urbano

### Diretrizes De Orientação Para Adequação/Revisão Dos Planos Diretores Municipais

Priorizar o crescimento dos municípios nas áreas mais propícias à ocupação urbana, promovendo a distribuição e a intensidade de usos do solo de

forma equilibrada em relação à capacidade dos sistemas de infraestrutura e serviços locais;

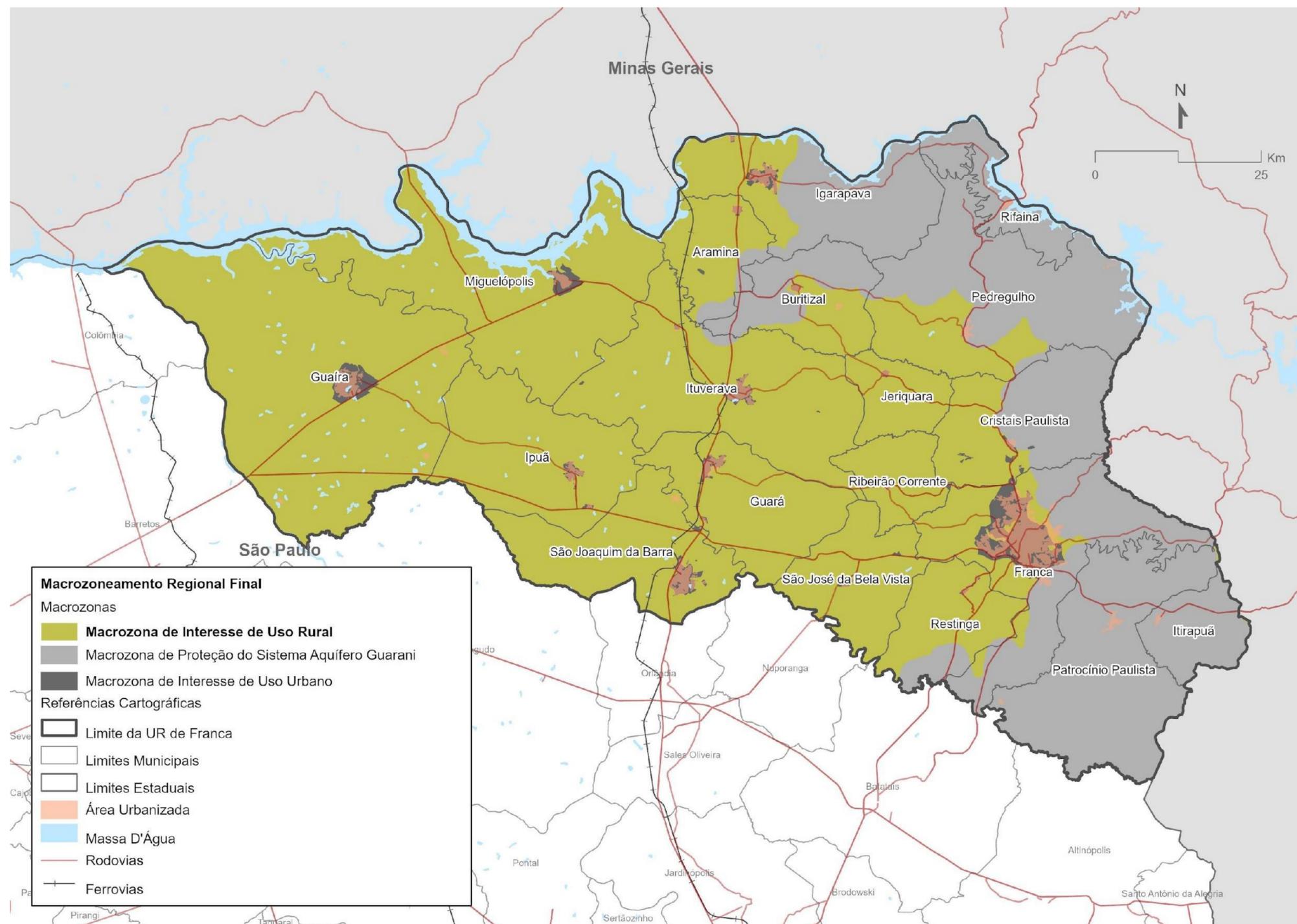
- Proporcionar oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas nas áreas urbanas;
- Estimular a ocupação das áreas estruturadas e o uso dos imóveis ociosos ou subutilizados dotados de infraestrutura;
- Estimular a regulação da produção imobiliária para captura, pelas municipalidades, da valorização imobiliária decorrente de investimentos públicos, para financiamento de melhorias e benefícios públicos;
- Promover a urbanização e a regularização fundiária de assentamentos precários, onde couber;
- Controlar e monitorar o uso do solo nas áreas prioritárias para Conservação da Biodiversidade Brasileira consideradas de Alta, Muito Alta e Extremamente Alta importâncias.

## Proposta Final de Macrozoneamento da AUF - Macrozona de Interesse de Uso Urbano

### Diretrizes Para Revisão De Leis Acessórias – Parcelamento e Uso e Ocupação Do Solo

- Compatibilizar usos e tipologias para o parcelamento e uso do solo urbano com as condicionantes geológico-geotécnicas e de relevo.

### Macrozona de Interesse de Uso Rural



## Diretrizes Gerais (algumas)

- Estimular o aumento de produtividade das atividades rurais, observando-se o uso racional dos recursos naturais e o adequado manejo dos solos e das águas;
- Garantir a proteção das áreas de Reserva Legal do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural;
- Garantir a proteção do Bioma Cerrado, conforme previsto na Lei do Cerrado, Lei Estadual nº 13.550, de 02 de junho de 2009;
- Estimular a conservação do solo, a partir da implementação de práticas que visem ao controle dos processos erosivos;

## Proposta Final de Macrozoneamento da AUF- Macrozona de Interesse de Uso Rural

### Diretrizes Gerais

- Estimular o aumento de produtividade das atividades rurais, observando-se o uso racional dos recursos naturais e o adequado manejo dos solos e das águas;
- Incentivar a diversificação, agregação de valor e integração às cadeias agroindustriais das propriedades, cooperativas e empresas agrícolas;
- Garantir a proteção das áreas de Reserva Legal do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural;
- Manter as áreas de mineração ativas com controle ambiental, e promover a recuperação ambiental das áreas paralisadas e desativadas;
- Garantir a proteção do Bioma Cerrado, conforme previsto na Lei do Cerrado, Lei Estadual nº 13.550, de 02 de junho de 2009;
- Promover a conservação e a recuperação dos serviços ambientais prestados pelos sistemas ambientais existentes, em especial aqueles relacionados com a produção da água e a regulação climática;
- Implantar sistemas de coleta, afastamento e tratamento dos efluentes sanitários;
- Proteger o meio ambiente, garantir o seu uso racional e estimular a recuperação dos recursos naturais, em consonância com a Lei Federal nº 8.171 de 1991, que estabelece a política agrícola;
- Estimular a conservação do solo, a partir da implementação de práticas que visem ao controle dos processos erosivos;
- Incentivar a recomposição da vegetação nativa e proteção da biodiversidade;
- Estimular a agroecologia, a agricultura familiar, a agricultura orgânica e as agroflorestas, de forma a garantir a produção de hortifrutis na região.

## Proposta Final de Macrozoneamento da RMP - Macrozona de Interesse de Uso Rural

### Diretrizes De Orientação Para Adequação/Revisão Dos Planos Diretores Municipais

- Controlar as transformações de uso decorrentes da expansão urbana, de forma planejada, atendendo às exigências estabelecidas no Artigo 42-B do Estatuto da Cidade;
- Utilizar o instrumento da outorga onerosa de alteração de uso para conversão do solo rural para urbano nos processos de regularização fundiária de interesse específico de núcleos situados em áreas rurais, como forma de controlar e coibir a dispersão de loteamentos irregulares fora dos perímetros urbanos municipais;
- Garantir a regularização urbanística e fundiária dos núcleos urbanos informais consolidados, quando couber;
- Proporcionar a oferta de infraestrutura adequada às atividades agropecuárias e ao escoamento de sua produção;
- Estimular a produção e a comercialização local de alimentos, de modo a garantir o abastecimento regional e a oferta a preços adequados de produtos frescos;
- Controlar e monitorar o uso do solo nas áreas prioritárias para Conservação da Biodiversidade Brasileira consideradas de Alta, Muito Alta e Extremamente Alta importância.

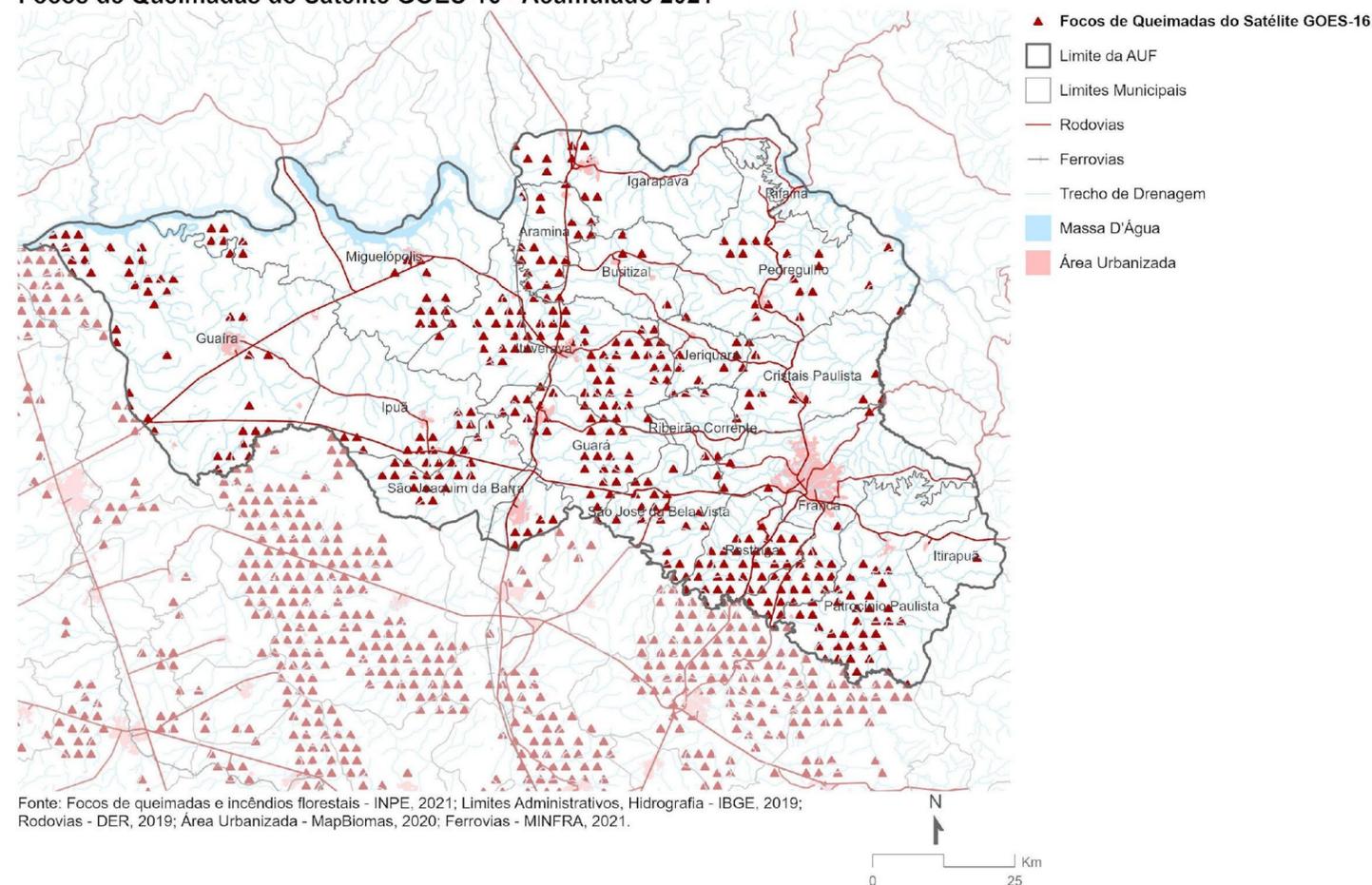
## Estratégias para Ação Regional

**Articulação setorial das políticas públicas que afetam a qualidade do território regionalmente.**

- ❖ Sistema de Áreas Verdes e Áreas Protegidas
- ❖ Rede de Centralidades
- ❖ Sistema de Mobilidade, Transporte e Logística
- ❖ Enfrentamento da Precariedade e Informalidade Habitacionais
- ❖ Gestão Integrada de Riscos e Desastres

## Estratégia para Gestão Integrada de Riscos de Desastres

Focos de Queimadas do Satélite GOES-16 - Acumulado 2021



### OBJETIVOS

- Consolidação de um sistema de alerta para desastres naturais;
- Diminuição de riscos associados a eventos extremos;
- Aumento da resiliência regional a riscos e desastres naturais;
- Proteção da população urbana e rural;
- Melhoria na qualidade do ar no período de seca;
- Proteção das áreas vulneráveis do Aquífero Guarani.
- Mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

## Diretrizes Gerais para Gestão Regional (alguns exemplos)

**Gestão:** *Articular as diversas instâncias de governo para gestão integrada de riscos de desastres;*

**Educação e capacitação:** *Educação ambiental para produtores agrícolas e para a população rural, demonstrando os riscos associados às práticas das queimadas;*

**Riscos de Queimadas:** *Articular as ações de combate a incêndios e queimadas com o Sistema Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e a Operação Corta-*

*Fogo do Estado de São Paulo;*

**Riscos Geológicos:** *Apoiar a implementação de consórcios de lavouras e a utilização de técnicas agrícolas que protejam os solos contra erosões;*

**Riscos Tecnológicos:** *mapeamento do Potencial de Fragilidade do SAG, baseado na identificação dos pontos de maior permeabilidade e qualidade da água infiltrada;*

**Mitigação e adaptação às mudanças climáticas:** *Promover o desenvolvimento de desenhos urbanos sensíveis a água.*

## **Diretrizes para Gestão Regional**

### **Gestão**

- Articular os diferentes tipos de intervenção de redução de riscos com as demais ações e programas federais, estaduais e municipais, em particular nas áreas de habitação, drenagem e defesa civil, para diminuir, significativamente, a necessidade de intervir sobre desastres ocorridos;
- Articular as diversas instâncias de governo para gestão integrada de riscos de desastres (considerados riscos associados às ameaças ou processos geológicos, hidrológicos, meteorológicos, climatológicos, biológicos e tecnológicos), alinhada às diretrizes e estratégias da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), Lei Federal nº 12.608/12;
- Articular comitês de enfrentamento a riscos de queimadas com a participação da sociedade civil, ONGs, representantes das usinas sucroalcooleiras, prefeituras e órgão setoriais;

### **Educação e capacitação**

- Incentivar e apoiar a realização de campanhas permanentes de educação, comunicação e de capacitação técnica de recursos humanos das prefeituras, dos sistemas de educação, da sociedade civil em geral e outros órgãos afins, disseminando e construindo conhecimento para aumentar a percepção e a resiliência em relação aos riscos ambientais urbanos e desastres associados;
- Educação ambiental para produtores agrícolas e para a população rural, demonstrando os riscos associados às práticas das queimadas;
- Conscientizar as comunidades em áreas vulneráveis sobre perigos e riscos, e desenvolver programas de capacitação para enfrentamento de emergências;
- Difundir informação sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos;
- Incentivo ao desenvolvimento de pesquisas que ajudem a compreender o comportamento dos riscos.

### **Riscos de queimadas**

- Articular as ações de combate a incêndios e queimadas com o Sistema Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e a Operação Corta-Fogo do Estado de São Paulo;
- Estabelecer brigada específica para o controle das queimadas na região;
- Promover a melhor distribuição da infraestrutura de combate a incêndios na região;

### **Riscos geológicos**

- Realizar a inscrição no Cadastro Nacional de Municípios com Áreas Suscetíveis à Ocorrência de Deslizamentos de Grande Impacto, Inundações Bruscas ou Processos Geológicos ou Hidrológicos Correlatos;
- Apoiar a implementação de consórcios de lavouras e a utilização de técnicas agrícolas que protejam os solos contra erosões.

## Estratégia para Gestão Integrada de Riscos e Desastres

### (Cont. Diretrizes) **Riscos tecnológicos**

- Apoiar a realização de Diagnóstico Ambiental para mapeamento do Potencial de Fragilidade do SAG, baseado na identificação dos pontos de maior permeabilidade e qualidade da água infiltrada.

### **Mitigação e adaptação às mudanças climáticas**

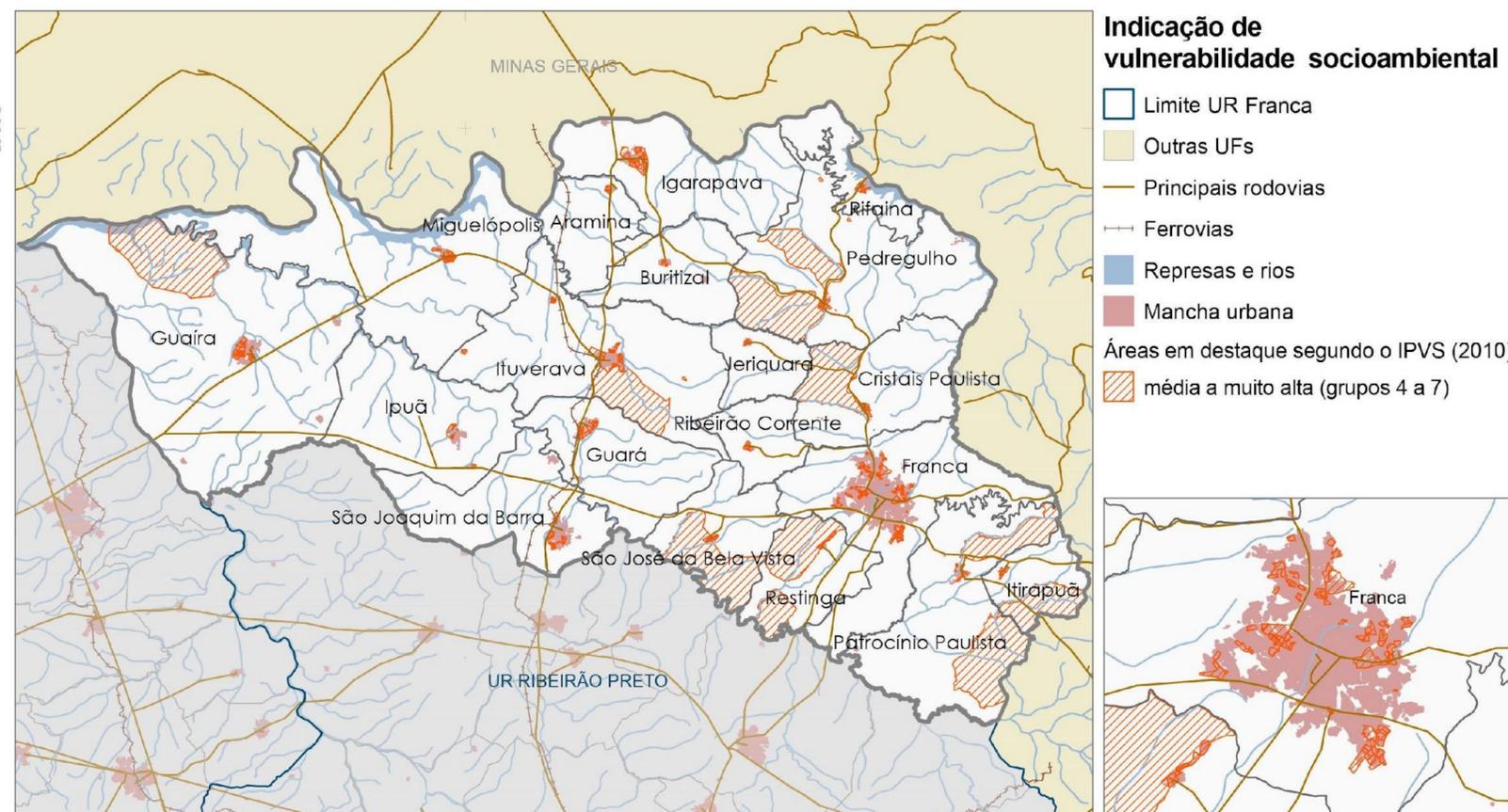
- Considerar os cenários climáticos futuros no planejamento urbano regional;
- Utilizar medidas de Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE) para a área de gestão de riscos de desastres;
- Promover o desenvolvimento de desenhos urbanos sensíveis a água.

## Apoio a ações municipais

- Apoiar a elaboração dos Planos Municipais de Redução de Risco (PMRR), com referenciais técnicos e gerenciais que possibilitem às prefeituras realizar intervenções para controle, redução e erradicação de situações de riscos, bem como a instituição de órgãos municipais de defesa civil, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil;
- Apoiar a elaboração de diretrizes para uso e ocupação do solo nas áreas identificadas como suscetíveis a riscos, de modo a orientar os planos diretores e as políticas públicas municipais;
- Apoiar o desenvolvimento e a atualização dos mapeamentos das áreas suscetíveis à ocorrência de desastres, principalmente as cartas de suscetibilidade, as cartas geotécnicas de aptidão à urbanização e as cartas de setores de riscos, com limites georreferenciados, que serão utilizados como instrumentos de planejamento, monitoramento e controle.

## Estratégia para Enfrentamento da Precariedade e Informalidade Habitacional

Vulnerabilidade Socioambiental UR Franca | IPVS 2010



Indicação de vulnerabilidade socioambiental

Limite UR Franca

Outras UFs

Principais rodovias

Ferrovias

Represas e rios

Mancha urbana

Áreas em destaque segundo o IPVS (2010)

média a muito alta (grupos 4 a 7)

### Objetivos

Priorizar investimentos de urbanização de assentamentos precários e subnormais nos municípios que apresentam essa problemática.

- Promover a habitação em áreas dotadas de infraestrutura e reduzido risco ambiental, priorizando os eixos de mobilidade e a oferta de moradia para a população de baixa renda.
- Estabelecer diretrizes mínimas para implementação de efetiva política pública de regularização fundiária urbana nos municípios, nos termos da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e otimizar resultados para os problemas dos assentamentos precários ou loteamentos irregulares em áreas afastadas dos centros urbanos, por meio de uma gestão integrada.

## Diretrizes para a Gestão Regional

- Estimular o uso dos imóveis ociosos ou subutilizados em áreas dotadas de infraestrutura
- Estimular a regulação da produção imobiliária para captura, pelas municipalidades, da valorização imobiliária decorrente de investimentos públicos, para financiamento de melhorias e benefícios públicos no enfrentamento da precariedade habitacional já identificada;
- Articular a política habitacional com as políticas setoriais de saneamento, mobilidade, meio ambiente, desenvolvimento social, educacional, cultural e econômico
- regularização fundiária urbana deve ser orientada pelas diretrizes estabelecidas na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e seu Decreto Regulamentador nº 9.310/2018

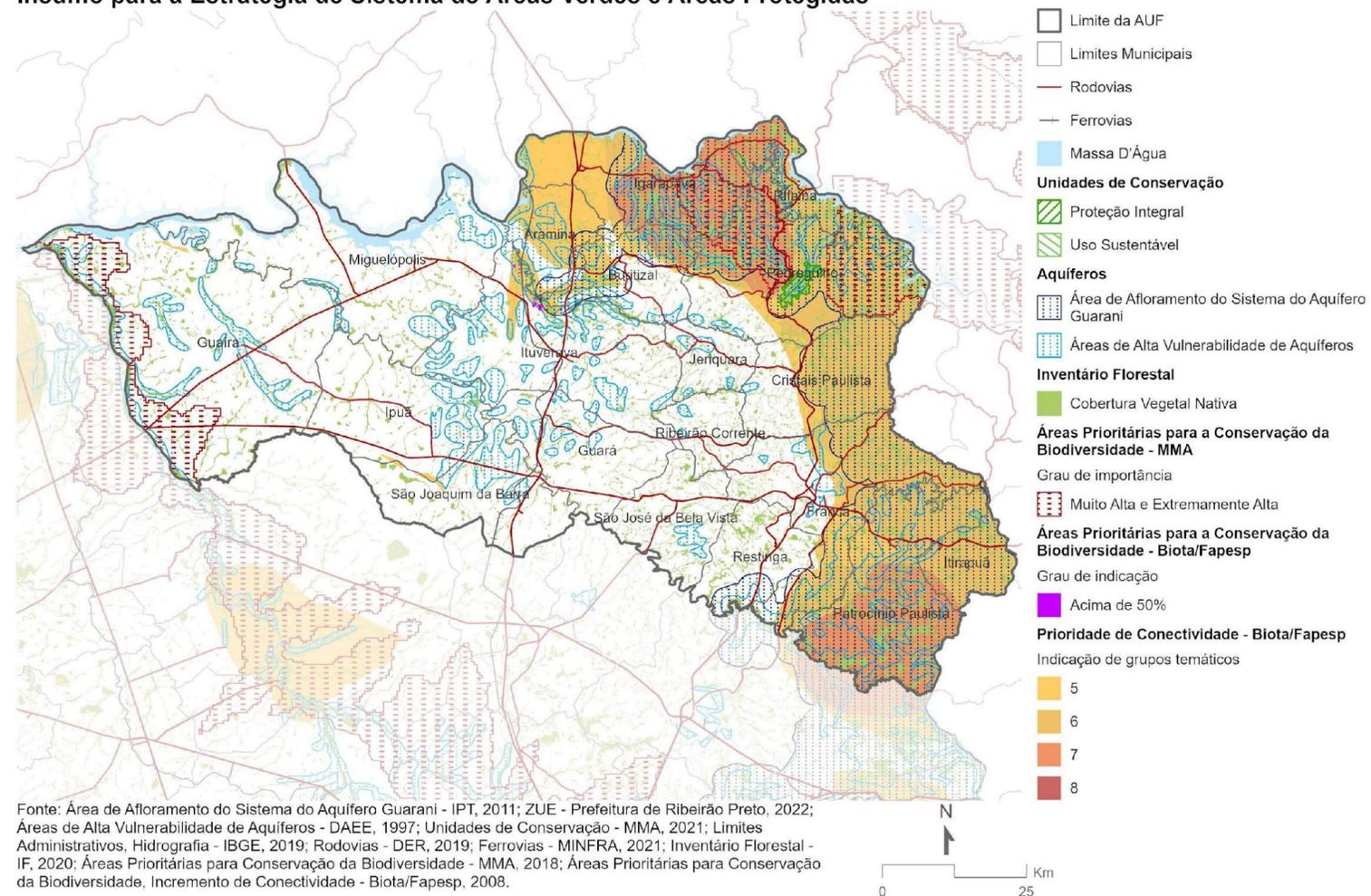
## Estratégia para Enfrentamento da Precariedade e Informalidade Habitacional

### Diretrizes Para A Gestão Regional

- Estimular o uso dos imóveis ociosos ou subutilizados em áreas dotadas de infraestrutura;
- Fomentar a construção de unidades habitacionais sustentáveis.;
- Estimular a regulação da produção imobiliária para captura, pelas municipalidades, da valorização imobiliária decorrente de investimentos públicos, para financiamento de melhorias e benefícios públicos no enfrentamento da precariedade habitacional já identificada;
- Articular e fortalecer políticas públicas que melhorem as condições de vida na região, tendo em vista o enfrentamento da precariedade urbana e habitacional, e considerando os princípios orientadores da política habitacional do Estado de São Paulo;
- Promover o planejamento integrado, interfederativo e intersetorial das intervenções habitacionais de caráter metropolitano;
- Articular a política habitacional com as políticas setoriais de saneamento, mobilidade, meio ambiente, desenvolvimento social, educacional, cultural e econômico;
- Os planos, projetos e ações que envolvem a regularização fundiária urbana devem ser orientados pelas diretrizes estabelecidas na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e seu Decreto Regulamentador nº 9.310/2018, bem como pela política capitaneada pela Secretaria Estadual de Habitação por meio de programas específicos

## Estratégia Sistema de Áreas Verdes e Áreas Protegidas

Insumo para a Estratégia de Sistema de Áreas Verdes e Áreas Protegidas



Fonte: Área de Afloramento do Sistema do Aquífero Guarani - IPT, 2011; ZUE - Prefeitura de Ribeirão Preto, 2022; Áreas de Alta Vulnerabilidade de Aquíferos - DAEE, 1997; Unidades de Conservação - MMA, 2021; Limites Administrativos, Hidrografia - IBGE, 2019; Rodovias - DER, 2019; Ferrovias - MINFRA, 2021; Inventário Florestal - IF, 2020; Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade - MMA, 2018; Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade, Incremento de Conectividade - Biota/Fapesp, 2008.

### OBJETIVOS

- Ampliar as áreas com vegetação nativa;
- Promover a conservação e a recuperação dos serviços ambientais prestados pelos sistemas ambientais existentes, em especial os relacionados com a produção da água e a regulação climática;
- Compatibilizar a proteção e a recuperação das áreas verdes com o desenvolvimento socioambiental e com as atividades econômicas;
- Garantir a proteção das áreas de Reserva Legal do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural;
- Garantir a proteção do Bioma Cerrado, conforme previsto na Lei do Cerrado, Lei Federal nº 13.550, de 02 de junho de 2009;

## DIRETRIZES

### **Gestão:**

*Articular ações entre entes municipais, estaduais e federais para gestão integrada das áreas verdes e áreas protegidas regionais*

### **Proteção de áreas verdes:**

- *Estruturar corredores de biodiversidade, proporcionando deslocamentos de animais e dispersão de sementes.*
- *Promover o reflorestamento nas áreas de vulnerabilidade e proteção da vegetação nativa.*
- *Adotar incentivos à criação de unidades de conservação no entorno dos principais cursos d'água, nascentes e nas áreas em que existam remanescentes florestais naturais.*
- *Priorizar a criação de áreas protegidas em áreas de afloramento e alta vulnerabilidade do Aquífero Guarani*

## Estratégia Sistema de Áreas Verdes e Áreas Protegidas

### DIRETRIZES

#### Gestão

- Articular as secretarias de meio ambiente municipais para desenho de melhor estratégia para criação e ampliação de áreas verdes urbanas e áreas protegidas;
- Articular ações entre entes municipais, estaduais e federais para gestão integrada das áreas verdes e áreas protegidas regionais.

#### Proteção de áreas verdes

- Estruturar corredores de biodiversidade, proporcionando deslocamentos de animais e dispersão de sementes.
- Promover o reflorestamento nas áreas de vulnerabilidade e proteção da vegetação nativa.
- Adotar incentivos à criação de unidades de conservação no entorno dos principais cursos d'água, nascentes e nas áreas em que existam remanescentes florestais naturais.
- Priorizar a criação de áreas protegidas em áreas de afloramento e alta vulnerabilidade do Aquífero Guarani.
- Estimular o uso do Mapa de Incremento de Conectividade do Estado de São Paulo (Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2008), especialmente as áreas indicadas mais do que cinco vezes para averbação de Reserva Legal (RL), para criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), para restauração de corredores ecológicos na faixa além da legislação vigente, conversão de reflorestamentos de exóticas em formações naturais e ampliação de Áreas de Proteção Ambiental (APA).

### **Educação e produção de dados**

- Estabelecer parcerias com as universidades da região no desenvolvimento de estudos para ampliação e recuperação de áreas florestais e áreas verdes;
- Atualizar e estimular a utilização das áreas prioritárias no âmbito do Biota/Fapesp, para criação e/ou ampliação de Unidades de Conservação de Proteção Integral (Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2008);
- Mapear as áreas de interesse ambiental e de serviços ecossistêmicos;
- Estimular o uso do Mapa de Incremento de Conectividade do Estado de São Paulo (Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2008), especialmente as áreas indicadas mais do que cinco vezes, para averbação de Reserva Legal (RL), para criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), para restauração de corredores ecológicos na faixa além da legislação vigente, conversão de reflorestamentos de exóticas em formações naturais e ampliação de Áreas de Proteção Ambiental (APA).

### **Apoio a ações municipais**

- Delimitar novos parques, integrando cabeceiras de drenagem, remanescentes do bioma cerrado e demais áreas com vegetação significativa;
- Promover a integração entre os municípios para o estudo da necessidade de implantação de Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRMs);
- Considerar, nas áreas que compõem o Sistema de Áreas Verdes e Áreas Protegidas, as recomendações e as diretrizes de uso e ocupação do solo definidas pelas legislações e estudos publicados aos quais se referem.

### **Mitigação e adaptação às mudanças climáticas**

- Identificar e mapear os impactos das mudanças climáticas na biodiversidade regional;
- Considerar os cenários climáticos para definição de estratégias de adaptação e proteção dos remanescentes vegetais regionais;

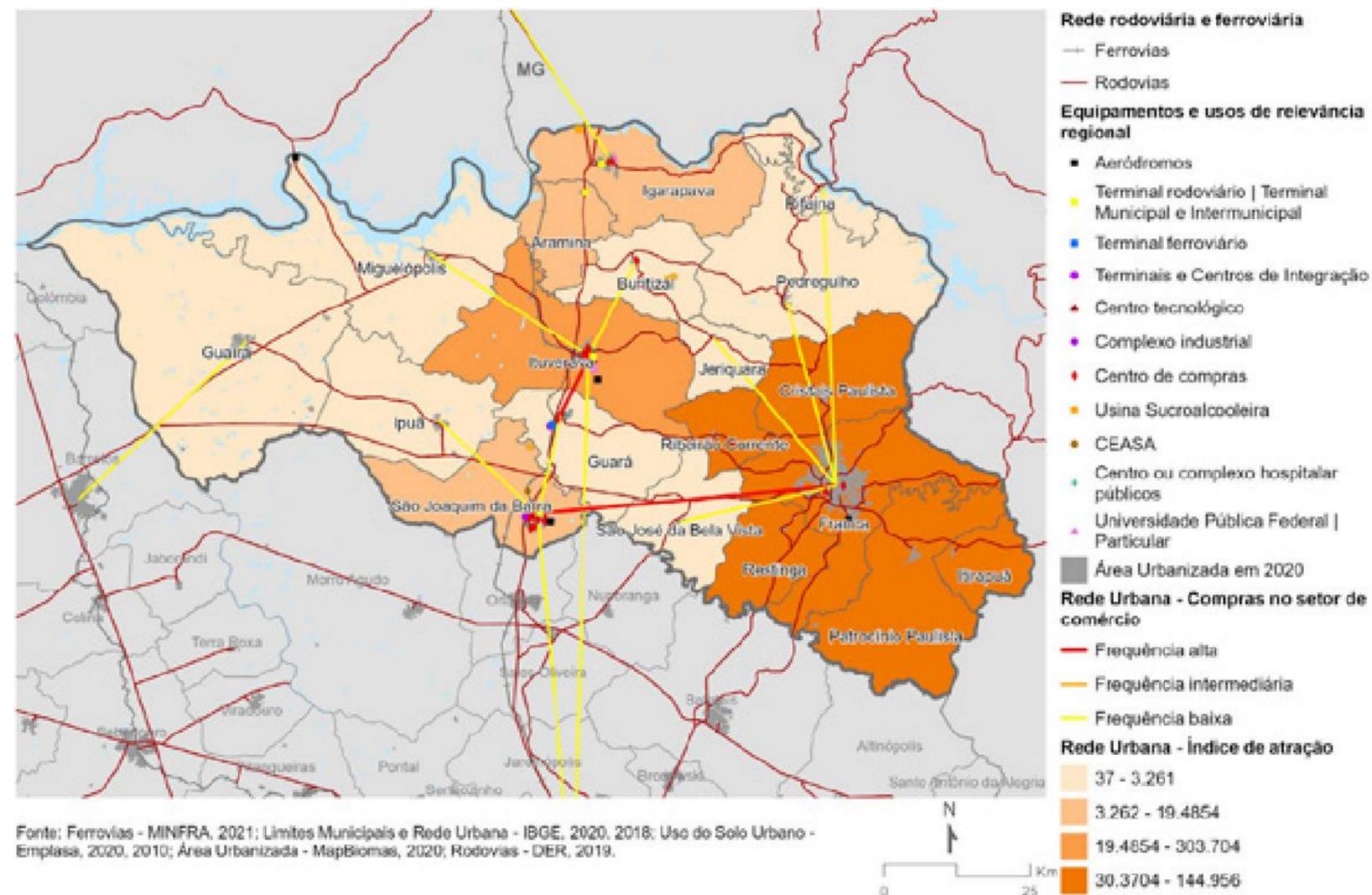
### **Comunicação e transparência**

- Dar publicidade às ações efetuadas e aumentar a comunicação entre entes participantes do sistema, de modo a ampliar o conhecimento produzido e melhorar a eficiência das atividades desenvolvidas.

### **Monitoramento**

- Avaliar, quando da revisão do PDUI, a inclusão de áreas definidas nas legislações municipais com as funções de proteção ambiental ou uso sustentável do solo na Macrozona de Interesse Ambiental;
- Discutir e analisar projetos de Áreas de Interesse Metropolitano e seus respectivos Planos de Ação, quanto aos aspectos relacionados à proteção do meio ambiente, quando pertinente.

## Estratégia Rede de Centralidades



### OBJETIVO

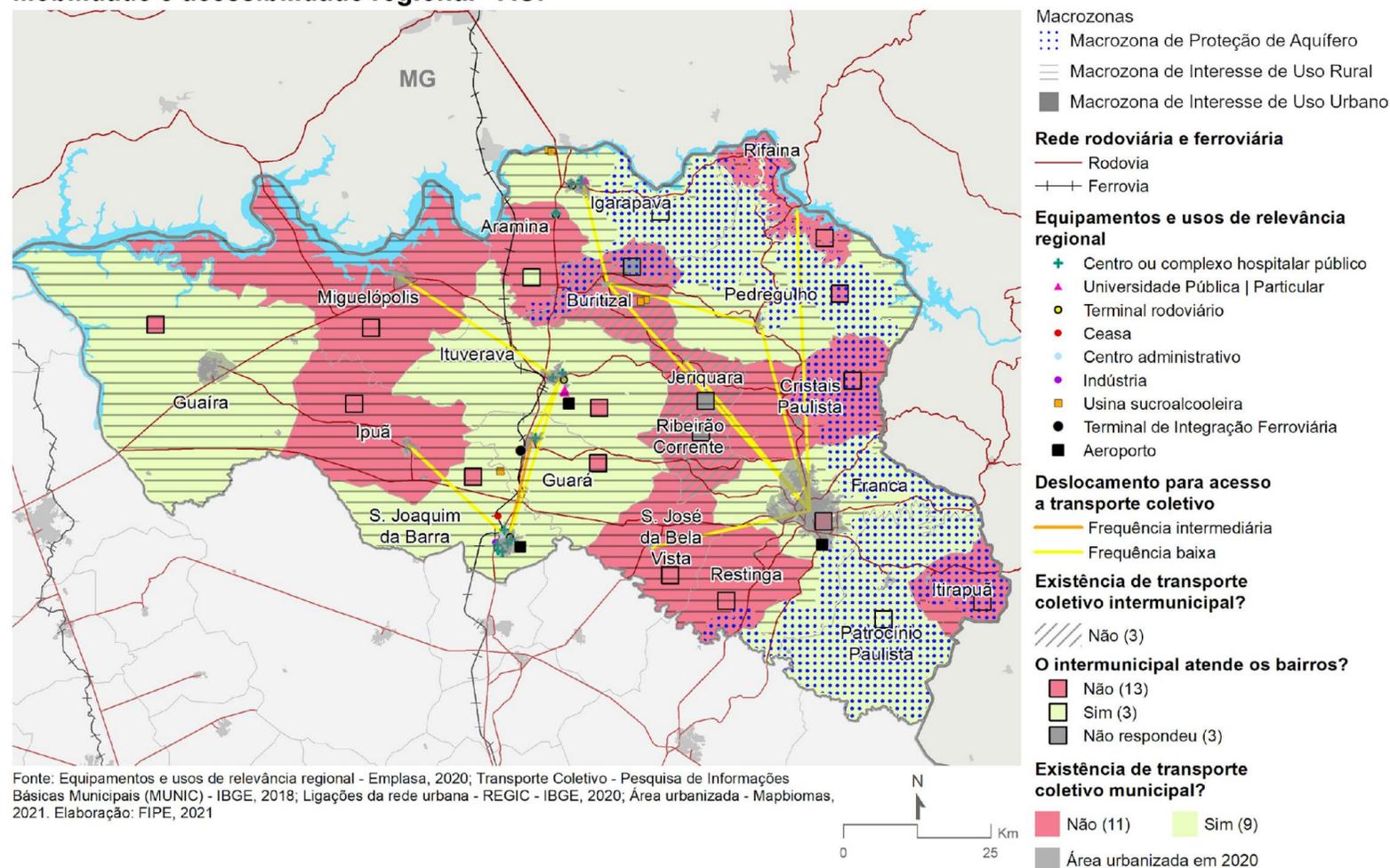
- Planejar e ordenar o espaço territorial urbano das centralidades e subcentralidades urbanas, de modo a articulá-las de forma eficiente, por meio do transporte público coletivo.
- Evitar o deslocamento da população por grandes distâncias para acessar diversos níveis de serviços.

## Diretrizes

- Mapear a rede de centralidades intraurbana da AUF, analisando e considerando as centralidades indicadas nos Planos Diretores Municipais, quando existentes;
- Mapear a rede de centralidades intraurbana da AUF, analisando e considerando as centralidades indicadas nos Planos Diretores Municipais, quando existentes;
- Priorizar a formação de novas centralidades com influência regional em áreas carentes e ocupadas com uso predominantemente residencial, que estão atualmente distantes de centralidades regionais existentes, para equilibrar a distribuição das atividades econômicas, serviços sociais e empregos no território;
- Conectar as centralidades em rede, por meio de sistemas estruturais (redes viária, de transporte coletivo, de comunicação e demais infraestruturas) e ambientais, potencializando o desenvolvimento urbano e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico e social.

## Estratégia Gestão da Mobilidade Regional

Mobilidade e acessibilidade regional - AUF



## OBJETIVOS

- Planejar e ordenar o espaço territorial urbano, levando em consideração a oferta de transporte público à população das centralidades e subcentralidades urbanas.
- Promover a integração física, tarifária e operacional do sistema de transporte público coletivo da região.
- Integrar os sistemas de infraestruturas regionais já existentes e previstas, potencializando o desenvolvimento econômico e social na região e fortalecendo a rede de cidades existente.

## Estratégia Gestão da Mobilidade Regional

### DIRETRIZES

- Organizar, de forma permanente, o diálogo entre os órgãos dos setores de transporte municipal, regional, estadual e federal, alinhando as respectivas ações quanto ao planejamento e à estruturação da mobilidade regional;
- Implementar a integração tarifária e de bilhetagem nos serviços de transporte público coletivo;
- Priorizar projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano e regional integrado, como corredores de ônibus, faixas preferenciais, etc.;
- Planejar e coordenar, de maneira mais integrada, as medidas para organização do tráfego e do trânsito da região;
- Reduzir a dependência do transporte motorizado individual na matriz de deslocamentos da região;
- Orientar a ocupação urbana no entorno dos eixos viários com presença de transporte público, de modo a reduzir a dependência do transporte motorizado individual;
- Promover adaptações nos planos diretores municipais relacionados à organização do viário e do zoneamento municipal, com base nas informações dos diagnósticos e planos sobre o tema

## Aglomerção Urbana de Franca

# Propostas Estruturadas para as Funções Públicas de Interesse Comum - FPICs

**(FPICs: Aquelas que ultrapassam os domínios de um município.  
Em geral são definidas na lei de criação das Unidades Regionais)**

## **Temas Estruturantes das FPICs**

- 1. Planejamento Territorial e Uso do Solo**
- 2. Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos**
- 3. Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social**
- 4. Transporte, Mobilidade e Logística**

## Propostas Estruturadas de Planejamento Territorial e Uso do Solo

**PE HAB 001** - Elaboração de um Plano Regional de Habitação

**PE HAB 002** - Apoio técnico ao desenvolvimento de Planos Diretores Municipais

## Propostas para as FPICs

### Diretrizes do tema Planejamento Territorial e Uso do Solo

1. Controlar a dispersão das áreas urbanas e a ocupação das áreas ambientalmente frágeis;
2. Equilibrar a distribuição dos equipamentos e serviços no território regional, considerando a estruturação de uma rede de centralidades;
3. Garantir a efetividade do ordenamento territorial.
4. Articular a política habitacional com as políticas setoriais de saneamento, mobilidade, meio ambiente, desenvolvimento social, educacional, cultural e econômico;

## Propostas para as FPICs – Planejamento Territorial e Uso do Solo – PE001

**TEMA:** Planejamento Territorial e Uso do Solo

**SUBTEMA :** Habitação

**FPICS :** Habitação

**PROPOSTA(S) CONTEMPLADA(S):** PP-006; PP-021; PP-026

**TÍTULO :** Elaboração de um Plano Regional de Habitação

**PE HAB 001**

### **OBJETIVOS**

- Identificar no território da AUF a possível existência de precariedade habitacional;
- Estimular a ocupação das áreas com melhor infraestrutura e o uso dos imóveis ociosos ou subutilizados, principalmente, ao longo dos eixos de mobilidade;
- Contribuir para a adequada utilização dos imóveis urbanos;
- Estimular o aumento da área verde, por meio da qualificação ambiental dos loteamentos, condomínios e demais empreendimentos habitacionais;
- Ofertar Habitação de Interesse Social de acordo com o resultado dos levantamentos que darão suporte ao Plano Regional de Habitação.

## Ações propostas

- Identificar existência de Planos Municipais de Habitação;
- Levantar dados e informações sobre as necessidades habitacionais em âmbito regional;
- Levantar os programas habitacionais atuantes na região e sua localização no território, com o objetivo de analisar o perfil de atuação de cada um, identificando seus problemas e potencialidades;
- Priorizar projetos de desenvolvimento sustentável e recuperação ambiental e urbana em escala metropolitana

## Propostas para as FPICs – Planejamento Territorial e Uso do Solo – PE001

### Diretrizes

Promover a urbanização e a regularização fundiária de assentamentos precários, onde couber, em consonância com as estratégias de ação do Plano

Estadual de Habitação (2011-2023) e as normativas para regularização fundiária estabelecidas em lei;

- Promover a habitação em áreas dotadas de infraestrutura e reduzido risco ambiental, priorizando os eixos de mobilidade e a oferta de moradia para a população de baixa renda;
- Aplicar os instrumentos estabelecidos pelos Estatutos da Cidade e da Metrópole, para cumprimento da função social da propriedade e garantia do direito a cidades sustentáveis;
- Fomentar a construção de unidades habitacionais sustentáveis;
- Incentivar a elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social;
- Utilizar as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) como instrumento para garantir terrenos adequados para a produção de Habitação de Interesse Social;
- Conter a ocupação ou adensamento sobre as áreas de afloramento do Aquífero Guarani, ou outras áreas ambientalmente protegidas, atendendo aos critérios de desenvolvimento e sustentabilidade ambiental.

### Ações propostas

Levantamento dos Planos Municipais de Habitação existentes;

- Levantar dados e informações sobre as necessidades habitacionais em âmbito regional;
- Levantar os programas habitacionais atuantes na região e sua localização no território, com o objetivo de analisar o perfil de atuação de

## Propostas para as FPICs – Planejamento Territorial e Uso do Solo – PE002

**TEMA:** Planejamento Territorial e Uso do Solo

**SUBTEMA :** Planejamento e Uso do Solo

**FPIC:** Planejamento e Uso do Solo

**PROPOSTA(S) CONTEMPLADA(S):** s/n

**TÍTULO:** Apoio técnico ao desenvolvimento de Planos Diretores Municipais

### OBJETIVOS

- Prover o fornecimento de apoio técnico, financiamento ou desenvolvimento direto dos planos diretores dos municípios que não dispõem de plano diretor ou legislação específica de ordenamento territorial, ou que necessite revisá-lo;
- Desenvolver os planos diretores municipais aliados à visão e às diretrizes estabelecidas no PDUI-AUF;
- Promover a ordenação e o controle do uso do solo nos municípios da AUF.

### AÇÕES PROPOSTAS

- Contratar estudos de apoio aos municípios;
- Disponibilizar suporte institucional para apoio na produção do plano;
- Promover o treinamento e a capacitação de equipe técnica municipal

## **Propostas Estruturadas para Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos**

PE MASRH-001 – Programa Estruturante de Abastecimento de Água – Urbano e Rural

PE MASRH-002 - Programa Estruturante de Esgotamento Sanitário – Urbano e Rural

PE MARSH-003 - Elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da AUF

PE MARSH-004 - Programa Estruturante de Drenagem

PE MARSH-005 - Programa de Diversificação da Matriz Energética

PE MARSH-006 - Recomposição Vegetal de Reserva Legal

PE MARSH-007 - Mapeamento de Áreas para Criação de RPPN

PE MARSH-008 - Programa Regional de Monitoramento e Prevenção às Queimadas

PE MARSH-009 - Programa Regional de Enfrentamento à Crise Hídrica

## Propostas para as FPICs

### Diretrizes: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

1. Garantir a recomposição vegetal de reserva legal;
2. Elaborar mapeamento de áreas para criação de reserva particular de patrimônio natural;
3. Priorizar a criação de áreas protegidas em áreas de afloramento e alta vulnerabilidade do Aquífero Guarani;
4. Estruturar corredores de biodiversidade e proteção da vegetação nativa;
5. Estabelecer metas para esgotamento sanitário;
6. Recursos hídricos;
7. Resíduos Sólidos;
8. Drenagem;
9. Matriz Energética.

**TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos**

**SUBTEMA: Abastecimento de Água**

**FPIC: Saneamento Básico**

**Propostas Contempladas: PP-044d; PP-044e**

#### **OBJETIVOS**

- Ampliar, nas áreas urbanas e rurais, a capacidade de produção e a oferta de distribuição de água, com vistas ao alcance da meta proposta no novo Marco do Saneamento.
- Garantir a qualidade da água dos sistemas de abastecimento.
- Reduzir os altos índices de perdas de água nos sistemas de distribuição.
- Gerenciar o ciclo da infraestrutura de abastecimento de água.
- Fomentar o uso racional da água e o reúso, quando possível

#### **AÇÕES PROPOSTAS (entre outras)**

- Expandir e aperfeiçoar a captação, a adução e o tratamento de água bruta.
- Expandir e aperfeiçoar a reservação e a rede de distribuição de água potável.
- Identificar áreas críticas geradoras de poluição difusa de origens agrícola e animal em áreas próximas à captação de água para abastecimento público

**PE MARHS 001**

## Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – PE001

TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

SUBTEMA: **Abastecimento de Água**

FPIC: Saneamento Básico

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-044d; PP-044e

TÍTULO: Programa Estruturante de Abastecimento de Água – Urbano e Rural

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

O percentual médio da população urbana e rural atendida por abastecimento de água é de 92,10%, abaixo da média do Estado, 96,20%. O déficit da rede de abastecimento de água em áreas rurais é maior, tornando os indicadores deste meio mais desfavoráveis para alguns municípios da região. Devido à importância da atividade agrícola da Aglomeração, um problema potencial é a dispersão de poluentes, como os fertilizantes e agrotóxicos frequentemente utilizados nas plantações, o que pode ocasionar a contaminação da água para abastecimento público.

Com relação às perdas de água no abastecimento, alguns municípios da região apresentam índices superiores às médias nacional e estadual, o que gera desperdício e impactos à receita das empresas – e mesmo aos investimentos necessários aos avanços do saneamento básico.

Cadastros incompletos e desatualizados das redes de água também impactam negativamente para o alcance da universalização dos serviços na aglomeração, sendo de extrema importância para a região a identificação das redes para o aumento da eficiência do sistema de abastecimento. Os baixos índices pluviométricos e as estiagens registradas ultimamente, causam preocupação quanto ao abastecimento público de água em diversos municípios da região, como é o caso de Franca. Medidas que visem utilizar a água de forma consciente, com a prática de reúso desse recurso, se fazem necessárias, para contribuição efetiva à segurança hídrica.

## Propostas para as FPICs — Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – PE001

### DIRETRIZES

- Buscar a universalização dos serviços de abastecimento de água, tanto de forma quantitativa como qualitativa, minimizando os riscos à saúde e ao meio ambiente.

### AÇÕES PROPOSTAS

- Expandir e aperfeiçoar a captação, a adução e o tratamento de água bruta.
- Expandir e aperfeiçoar a reservação e a rede de distribuição de água potável.
- Estabelecer medidas para redução progressiva do uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos e a eliminação progressiva do uso de agrotóxico em APPs de reservatórios.
- Identificar áreas críticas geradoras de poluição difusa de origens agrícola e animal em áreas próximas à captação de água para abastecimento público.
- Fomentar a ampliação da rede de monitoramento contínuo da qualidade e da quantidade de água.
- Implantar programa de redução de perdas nos municípios da região.
- Monitorar o funcionamento dos sistemas e equipamentos elétricos e hidráulicos. (PP-044e)
- Melhorar a eficiência na captação e distribuição, visando à redução das perdas físicas.
- Elaborar cadastro completo das redes de distribuição de água da região. (PP-044d)
- Capacitação técnica para a gestão de saneamento básico.
- Redução do consumo de água, principalmente nas atividades relacionadas ao processamento da cana-de-açúcar.
- Aumento da produção de água para reúso, a partir do efluente do esgoto doméstico em linha com a economia circular.
- Adoção de novas tecnologias de racionalização do uso da água.
- Incorporar a prática de reúso da água em empreendimentos novos e existentes.
- Incorporar a prática de reúso da água nas atividades relacionadas ao turismo.
- Adoção de mecanismos econômicos que induzam o consumo eficiente da água.
- Sensibilização da população quanto à necessidade de conservação da quantidade e da qualidade da água.

TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos  
SUBTEMA: **Esgotamento Sanitário**  
FPIC: Saneamento Básico  
PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-044f; PP-044i; PP-044g

**PE MARSH 002**

### Objetivo

Ampliar a capacidade de coleta e interceptação, as instalações hidrossanitárias e o tratamento de esgotos.

- Reduzir e/ou eliminar os lançamentos in natura de esgotos sanitários em corpos hídricos, especialmente daqueles de abrangência regional.

### AÇÕES PROPOSTAS **(Exemplos)**

- Apontar, por meio de estudos de viabilidade técnica e econômica, alternativas e soluções para a melhor gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos gerados na aglomeração. (PP-070a; PP-092a; PP-093; PP-094)
- Elaboração de Programa Regional de Educação Ambiental para a Gestão de Resíduos Sólidos.
- Elaboração de mecanismos para o aproveitamento do potencial energético dos resíduos da agroindústria e resíduos sólidos urbanos, bem como dos gases produzidos em aterros sanitários e estações de tratamento de esgotos (ETES). (PP-070a; PP-092b)

## Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – PE002

TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

SUBTEMA: **Esgotamento Sanitário**

FPIC: Saneamento Básico

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-044f; PP-044i; PP-044g

TÍTULO : Programa Estruturante de Esgotamento Sanitário – Urbano e Rural

### CONTEXTUALIZAÇÃO

• Embora a AUF apresente a média de 86,21%, superior ao índice de tratamento de esgoto no Estado de São Paulo (68,27%), ainda existe um déficit em relação à universalização, sendo necessária a aceleração do ritmo de investimentos, de forma a obter impactos positivos com relação às questões de saúde pública e de meio ambiente.

A diminuição da capacidade de remoção de matéria orgânica nas ETEs, devido ao atingimento ou superação da capacidade de tratamento destas,

ou, ainda, pela ausência de manutenção dos sistemas, torna o processo de tratamento de esgotos preocupante em alguns municípios. O aspecto

regional do esgotamento sanitário está relacionado ao tema dos recursos hídricos, no que se refere à poluição das águas pelo lançamento de esgoto

doméstico sem tratamento nos cursos d'água da região, afetando a qualidade das águas e comprometendo seu uso para diversos fins nos trechos a

jusante dos lançamentos.

• Cadastros incompletos e desatualizados das redes de esgoto também impactam negativamente para o alcance da universalização dos serviços na

aglomeração, sendo de extrema importância para a região a identificação das redes para o aumento da eficiência do sistema de esgotamento sanitário

TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

**SUBTEMA: Resíduos Sólidos**

FPIC: Saneamento Básico

**PE MASRH 003**

**PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-051; PP-070a; PP-092a; PP-092b; PP-093; PP-094**

**TÍTULO: Elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da AUF (PP-051)**

## OBJETIVOS

- Aumentar os índices de coleta seletiva e de tratamento dos resíduos sólidos urbanos.
- Intensificar o reaproveitamento dos resíduos, inclusive visando à geração de energia. (PP-070a).

## Ações Propostas **(entre outras)**

- Apontar, por meio de estudos de viabilidade técnica e econômica, alternativas e soluções para a melhor gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos gerados na aglomeração. (PP-070a; PP-092a; PP-093; PP-094)
- Propor arranjos institucionais intermunicipais para a gestão integrada dos resíduos sólidos, considerando os diferentes tratamentos e destinações previstas, integrando também os planos estadual, municipais e regionais existentes.
- Elaboração de Programa Regional de Educação Ambiental para a Gestão de Resíduos Sólidos.

## Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – PE003

TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

**SUBTEMA: Resíduos Sólidos**

FPIC: Saneamento Básico

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-051; PP-070a; PP-092a; PP-092b; PP-093; PP-094

TÍTULO: Elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da AUF (PP-051)

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

Os principais desequilíbrios em relação à gestão de resíduos sólidos na AUF pouco se diferenciam dos encontrados na maioria dos municípios do Estado de São Paulo. Entre eles, pode-se destacar: inexistência de coleta seletiva em alguns municípios, ou baixas taxas de cobertura da população; dificuldade de articulação intermunicipal para a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos em nível regional; falta de atualização e a não sistematização das informações sobre os resíduos sólidos junto às prefeituras; carência de infraestruturas de processamento de RSU; e altos custos para a sustentabilidade econômico-financeira no manejo de RSU e nas dificuldades apresentadas na disposição final dos resíduos.

Todo esse panorama reforça a importância da implantação do planejamento regionalizado, que, com maior escala, pode reduzir custos e apontar alternativas e soluções compartilhadas para a melhor gestão dos resíduos gerados.

Nesse contexto, os Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) são um dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos e, em âmbito regional, são importantes para a compreensão da realidade da AUF.

Fundamental conhecer a quantidade e o tipo de resíduo gerado, a proximidade ou distância de polos econômicos, de mercados e de estrutura de logística, para que seja possível atingir mais assertivamente as metas e os objetivos necessários para a sustentabilidade das atividades de gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos.

## Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – PE003

### DIRETRIZ

Promover o planejamento e a gestão de resíduos sólidos regionalmente, priorizando soluções compartilhadas para o processamento dos resíduos sólidos gerados.

### AÇÕES PROPOSTAS

Além do conteúdo mínimo previsto na Lei nº 12.305/2010, o PGIRS poderá, prioritariamente, conter as seguintes ações:

- Apontar, por meio de estudos de viabilidade técnica e econômica, alternativas e soluções para a melhor gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos gerados na aglomeração. (PP-070a; PP-092a; PP-093; PP-094)
- Indicação de mecanismos e instrumentos institucionais, econômicos, financeiros e tecnológicos adequados, compatíveis a realidade regional.
- Elaboração de instrumentos de participação e de controle social em todo o processo de elaboração e monitoramento do PGIRS.
- Propor arranjos institucionais intermunicipais para a gestão integrada dos resíduos sólidos, considerando os diferentes tratamentos e destinações previstas, integrando também os planos estadual, municipais e regionais existentes.
- Buscar parcerias com empresas públicas e privadas, universidades e institutos de pesquisa, na implantação de soluções regionalizadas e modelos que contemplem a realidade e as necessidades regionais.
- Elaboração de Programa Regional de Educação Ambiental para a Gestão de Resíduos Sólidos.
- Criação de uma política regional de apoio técnico, capacitação, mobilização regional e integração das redes de comercialização das cooperativas de

TEMA: **Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos**

SUBTEMA: **Drenagem Urbana**

FPICS: **Saneamento Básico**

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-043c; PP-043d

**Título:** Programa Estruturante de Drenagem

**PE MARHS - 004**

### **Objetivos**

- Valorizar a componente drenagem no planejamento municipal e regional.
- Proteger e recuperar os rios, córregos e suas margens.
- Controlar o escoamento superficial e os riscos de inundações e alagamentos.

### **AÇÕES PROPOSTAS (Algumas)**

- Inserir regras específicas nos planos diretores, visando ao controle da permeabilidade do solo e a proteção das áreas ribeirinhas.
- Incentivar o aumento da permeabilidade em lotes e em áreas verdes.
- Planejar áreas verdes com fins de recreação e lazer em áreas baixas, marginais aos cursos d'água.
- Preservar e recuperar APPs e áreas de reserva legal.
- Controlar e corrigir erosões, assoreamento e inundações ao longo dos principais talwegues (fundo de vale).
- Identificar e delimitar em mapas oficiais as áreas potencialmente inundáveis.

## Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos - PE004

TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

**SUBTEMA: Drenagem Urbana**

FPICS: Saneamento Básico

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-043c; PP-043d

TÍTULO: Programa Estruturante de Drenagem

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

A inexistência de uma abordagem específica da drenagem no Plano Diretor Urbano de muitos municípios, assim como a ausência de planejamento desse componente do saneamento básico, representa um motivo de preocupação, diante da possibilidade de uso e ocupação do solo futuros com impactos negativos na macrodrenagem.

A insuficiência ou inadequação dos dispositivos do sistema de microdrenagem, bem como a falta de informações sobre a manutenção e a limpeza periódica destes, também são motivos de preocupação. Poucos municípios da aglomeração se utilizam da chamada “infraestrutura verde”, como os parques lineares, no controle da impermeabilização do solo e drenagem de águas pluviais. Essa intervenção, além de restabelecer o meio ambiente, ainda oferece para a população oportunidades de lazer, cultura e esporte. As áreas urbanas da maioria dos municípios apresentam altas taxas de pavimentação e meio-fio. A pavimentação de vias sem a implementação de medidas adequadas de drenagem pode resultar em inundações e alagamentos, uma vez que a impermeabilização reduz a infiltração das águas pluviais e aumenta a velocidade do escoamento superficial, entre outros fenômenos.

## **DIRETRIZES**

- Incorporar a drenagem urbana em planos municipais de saneamento básico, ou ainda a elaboração de planos diretores municipais de drenagem urbana em municípios com maior complexidade.
- Adotar mecanismos que amenizem os impactos das altas taxas de impermeabilização urbana e a degradação ambiental dos cursos d'água e várzeas.
- Valorizar a aplicação das tipologias da infraestrutura verde no controle das águas pluviais urbanas.

## **AÇÕES PROPOSTAS**

- Incluir no planejamento municipal e regional a identificação e gestão de espaços apropriados para a coleta, o armazenamento e a condução das águas pluviais, associando medidas não estruturais às estruturais. PP-043c
- Inserir regras específicas nos planos diretores, visando ao controle da permeabilidade do solo e a proteção das áreas ribeirinhas.
- Executar, periodicamente, a manutenção e a limpeza da rede de microdrenagem. PP-043c
- Registrar os incidentes de microdrenagem ou macrodrenagem em escala regional.
- Incentivar o aumento da permeabilidade em lotes e em áreas verdes.
- Planejar áreas verdes com fins de recreação e lazer em áreas baixas, marginais aos cursos d'água.
- Viabilizar parques lineares ao longo dos cursos hídricos.
- Preservar e recuperar APPs e áreas de reserva legal.
- Controlar e corrigir erosões, assoreamento e inundações ao longo dos principais talvegues (fundo de vale).
- Identificar e delimitar em mapas oficiais as áreas potencialmente inundáveis.
- Identificar e promover a gestão da disponibilidade de espaços urbanos para o controle das inundações e mitigação de suas consequências; PP-043d
- Elaborar uma base de dados que permita acompanhar a recorrência de eventos críticos e/ou subsidiar decisões em relação aos sistemas de microdrenagem ou macrodrenagem em escala regional

TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

SUBTEMA: Matriz Energética

FPICS: Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-044a; PP-070b; PP-092b

Título: Programa de Diversificação da Matriz Energética

**PE MARSH - 005**

## OBJETIVOS

- Desenvolver fontes renováveis de energia.
- Estimular a ampliação do uso de biocombustíveis.
- Diminuir as emissões de gases de efeito estufa na atmosfera.
- Incentivar o uso racional e a eficiência energética no âmbito do poder público, na indústria e no comércio

## AÇÕES PROPOSTAS (algumas)

- Aproveitar o potencial energético do biogás gerado em aterros sanitários, no tratamento de esgotos e na agroindústria. (PP-092b)
- Estimular a introdução de comprovação de viabilidade de atendimento energético como requisito para autorização de empreendimentos de grande porte.
- Disseminar conceitos e orientações sobre o uso racional da energia elétrica em órgãos públicos e entre a população.
- Viabilizar a introdução de requisitos de eficiência energética nos códigos de obras.

## Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – PE005

**TEMA:** Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

**SUBTEMA:** Matriz Energética

FPICS: Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-044a; PP-070b; PP-092b

TÍTULO: Programa de Diversificação da Matriz Energética

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A sustentabilidade do setor sucroalcooleiro, na região, constitui importante diferencial estratégico, pois apresenta grande potencial para a produção de biogás, proveniente do tratamento e do aproveitamento energético da vinhaça. Além da vinhaça, a biomassa – que pode ser advinda da moagem da cana-de-açúcar – também pode ser utilizada na produção de vapor e energia elétrica para a fabricação de açúcar e etanol, garantindo a autossuficiência energética das usinas durante o período da safra.

Há, ainda, o potencial energético do biometano, que surge do beneficiamento do biogás, a partir do processamento de resíduos orgânicos e de aterros e esgoto. O diesel pode ser substituído por biometano na indústria sucroalcooleira e na frota de veículos. No Estado de São Paulo, conforme dados da Aneel, há 13 usinas em operação que geram biogás – nenhuma na AUF – apesar do grande potencial no município de Guaíra. Nesse contexto, em uma experiência inédita no Brasil, o município de Franca produziu em 2018, na ETE Franca, o biometano a partir do esgoto, em uma parceria da Sabesp com o Instituto Fraunhofer IGB. Por fim, para ampliar a qualidade e a renovabilidade da matriz da AUF e do Estado de São Paulo, reduzindo também a emissão dos gases de efeito

estufa na atmosfera, as fontes renováveis de energia precisam, cada vez mais, ser instaladas e integradas a setores que demandam energia, como o transporte e a indústria.

## Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – PE004

### DIRETRIZES

Promover a eficiência energética e fomentar as fontes alternativas renováveis, contribuindo para a transição para uma economia de baixo carbono.

### AÇÕES PROPOSTAS

- Aproveitar o potencial enérgico do biogás gerado em aterros sanitários, no tratamento de esgotos e na agroindústria. (PP-092b)
- Estimular a introdução de comprovação de viabilidade de atendimento energético como requisito para autorização de empreendimentos de grande porte.
- Disseminar conceitos e orientações sobre o uso racional da energia elétrica em órgãos públicos e entre a população.
- Viabilizar a introdução de requisitos de eficiência energética nos códigos de obras.
- Melhorar a eficiência energética nos sistemas de esgotamento sanitário.
- Desenvolver estudos para implantação de sistemas de redução de energia elétrica nas Estações de Tratamento de Água, nas centrais de distribuição de água, na Estação de Tratamento de Esgoto e estações elevatórias de esgoto. (PP-044a)
- Promover a inserção de veículos movidos a combustíveis renováveis (etanol, eletricidade, biodiesel, biometano, etc.) na frota da região. (PP-070b)
- Estabelecer programas, contratos e autorizações para o transporte público, que considerem a redução progressiva no uso de combustíveis fósseis.

TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

SUBTEMA: **Meio Ambiente**

FPIC: Meio Ambiente

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-031

TÍTULO: Recomposição Vegetal de Reserva Legal

**PE MARSH - 006**

### **OBJETIVOS**

- Aumentar a cobertura vegetal nativa regional.
- Manter fragmentos vegetais para a formação de corredores biológicos.

### **AÇÕES PROPOSTAS**

- Mapeamento e classificação das Reservas Legais, propondo a identificação de locais críticos e potenciais para recomposição vegetal.
- Criação de metas de reconversão do uso do solo para florestas nas Reservas Legais.
- Criação de premiação ou vantagens financeiras para proprietários que atingirem metas de reconversão.

## Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – PE006

TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

**SUBTEMA: Meio Ambiente**

FPIC: Meio Ambiente

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-031

TÍTULO: Recomposição Vegetal de Reserva Legal

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A Aglomeração Urbana de Franca possui um nível muito baixo de cobertura vegetal. O Cerrado, principal bioma da região, é, reconhecidamente, alvo de pressões pela atividade agrícola e pela expansão urbana. Esse contexto resulta em fragmentação da cobertura vegetal.

A maioria dos municípios apresenta índice de cobertura vegetal inferior a 15% do território, o que é considerado inapropriado, visto que a inexistência de fragmentos vegetais pode afetar o microclima regional, a resiliência a eventos climáticos extremos, a biodiversidade e a promoção de serviços ecossistêmicos na região.

A Reserva Legal é um instrumento introduzido pelo Código Florestal; seu uso e adequação aos parâmetros legais proporciona aumento da cobertura vegetal na propriedade. Diante disso, com a introdução de uma estrutura de apoio para o aumento da aplicabilidade da Reserva Legal (RL), espera-se melhorar o índice de cobertura vegetal regional, aumentar a biodiversidade e a conectividade entre os fragmentos vegetais

## **DIRETRIZES**

- Investir em educação ambiental.
- Apoiar os proprietários para adequação da Reserva Legal no Cadastro Ambiental Rural.
- Apoiar tecnicamente os proprietários para recomposição da vegetação nativa nas Reservas Legais.

## **AÇÕES PROPOSTAS**

- Mapeamento e classificação das Reservas Legais, propondo a identificação de locais críticos e potenciais para recomposição vegetal.
- Criação de metas de reconversão do uso do solo para florestas nas Reservas Legais.
- Criação de premiação ou vantagens financeiras para proprietários que atingirem metas de reconversão.

TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

SUBTEMA: **Meio Ambiente**

FPIC: Meio Ambiente

Propostas Originais: S/No.

TÍTULO: Mapeamento de Áreas para Criação de RPPN

**PE MARSH - 007**

#### OBJETIVOS

- Aumento da cobertura vegetal nativa regional.
- Ampliação do número de unidades de conservação na região.
- Manutenção de fragmentos vegetais para a formação de corredores biológicos.

#### AÇÕES PROPOSTAS

- Mapeamento de áreas para possível criação de RPPN.

## Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – PE007

**TEMA:** Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

**SUBTEMA: Meio Ambiente**

FPIC: Meio Ambiente

TÍTULO: Mapeamento de Áreas para Criação de RPPN

### CONTEXTUALIZAÇÃO

- A Aglomeração Urbana de Franca abriga poucas Unidades de Conservação (UCs), o que dificulta uma estratégia de conservação ambiental mais perene.
- A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é um tipo de unidade de conservação de domínio privado, sem tamanho mínimo estabelecido.
- A estratégia de ampliar a quantidade de RPPNs na região justifica-se por algumas características intrínsecas a essa unidade de conservação, entre as quais:
- Contribuem para a ampliação das áreas protegidas no país;
- Apresentam índices altamente positivos para a conservação, principalmente se considerada a relação custo-benefício;
- São facilmente criadas, em relação às outras categorias de UC;
- Possibilitam a participação da iniciativa privada no esforço nacional de conservação;
- Contribuem para a proteção da biodiversidade dos biomas brasileiros

### DIRETRIZES

- Sensibilizar os proprietários e as prefeituras quanto à utilização e a importância dessa UC.
- Investir em educação ambiental.

### AÇÕES PROPOSTAS

- Mapeamento de áreas para possível criação de RPPN.

TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

**SUBTEMA: Meio Ambiente**

FPIC : Meio Ambiente

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-042, PP-065, PP-090

**TÍTULO:** Programa Regional de Monitoramento e Prevenção às Queimadas

**PE MARSH - 008**

**Objetivos:**

- Proteção da biodiversidade regional.
- Melhoria na qualidade do ar no período de seca.
- Diminuição de riscos associados a eventos extremos.
- Proteção da população urbana e rural.
- Diminuição das emissões de CO2 na atmosfera.

## Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – PE008

TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

**SUBTEMA: Meio Ambiente**

FPIC : Meio Ambiente

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-042, PP-065, PP-090

**TÍTULO:** Programa Regional de Monitoramento e Prevenção às Queimadas

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

As queimadas podem se configurar como fenômenos naturais (muitas vezes associados ao Bioma Cerrado) e como prática para preparação e

limpeza de terrenos para a agricultura e para a pecuária. Podem atingir tanto pequenas áreas como grandes extensões – neste caso com risco para os biomas atingidos.

O perfil agrícola da Aglomeração Urbana de Franca – com predominância de monoculturas em grande parte do território agricultável–, associado às condições do clima e bioma locais, favorece a ocorrência desse tipo de evento.

No Estado, Ituverava foi o segundo município com maior volume de focos de queimadas, enquanto Miguelópolis ficou em 3º lugar, ressaltando a intensidade desse tipo de evento em relação à média estadual entre 9/2020 e 9/2021.

### **DIRETRIZES**

- Estabelecer brigada específica para o controle das queimadas na região.
- Desenvolver um sistema de monitoramento para mapeamento das áreas de maior risco e de maior potencial para enfrentar um evento de queimadas.
- Promover melhor distribuição da infraestrutura de combate a incêndios na região.
- Articular comitês de enfrentamento, com a participação da sociedade civil, de representantes das usinas sucroalcooleiras, das prefeituras, etc.

TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

SUBTEMA: **Meio Ambiente**

FPIC: Meio Ambiente

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-043

**TÍTULO: Programa Regional de Enfrentamento à Crise Hídrica**

**PE MARSH - 009**

### **OBJETIVOS**

- Garantia da segurança hídrica regional.
- Garantir água de qualidade para o abastecimento da população.
- Manutenção de níveis seguros nos reservatórios de água regional.

### **AÇÕES PROPOSTAS**

- Realização de levantamento das nascentes na Aglomeração Urbana.
- Promoção de campanhas de incentivo à redução do consumo.

## Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – PE009

TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

**SUBTEMA: Meio Ambiente**

FPIC: Meio Ambiente

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-043

**TÍTULO: Programa Regional de Enfrentamento à Crise Hídrica**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

A escassez de água em várias partes do Estado é sazonalmente agravada devido a diversas questões, entre as quais a falta de manejo de recursos naturais, mudanças do clima, e até a desigualdade social, entre outras. O crescimento da população, a urbanização, o uso agrícola e a industrialização vêm aumentando suas demandas por recursos hídricos.

A Aglomeração Urbana de Franca está, quase que inteiramente, contida na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Sapucaí/Grande. Dessa forma, utiliza como principais fontes hídricas: o Rio Sapucaí-Mirim, o Rio Canoas, o Rio do Carmo, o Rio Grande e o Ribeirão dos Bagres.

Alguns municípios da região apresentaram situação crítica nos indicadores de demanda total em relação a vazão dos corpos hídricos usados para abastecimento. Adicionalmente, municípios como Franca já são alvo de racionamentos e rodízios no abastecimento público de água potável nos últimos anos, o que sinaliza a dificuldade de gestão hídrica regional.

## Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – PE009

### DIRETRIZES

- Elaborar plano de enfrentamento a crise hídrica.
- Incluir e incentivar a produção de água nas políticas de pagamento por serviços ambientais.
- Incentivar a adoção de soluções baseadas na natureza, como jardins drenantes, zonas úmidas naturais e artificiais, reflorestamento, aumento das áreas florestadas em APPs.
- Incentivar a participação de comunidades locais na gestão do uso da água.

### AÇÕES PROPOSTAS

- Realização de levantamento das nascentes na Aglomeração Urbana.
- Promoção de campanhas de incentivo à redução do consumo.

## **Propostas Estruturadas para o Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social**

**PE DEAS-001 - Promoção da Formação e da Qualificação Profissional**

**PE DEAS-002 - Estímulo ao Desenvolvimento Agrícola Sustentável**

**PE DEAS-003 - Distribuição de Investimentos e Oportunidades pelo Território**

**PE DEAS-004 - Promoção e Proteção do Patrimônio Cultural e Fortalecimento da Identidade Regional**

**PE DEAS-005 - Dinamização e Organização Econômica**

## Propostas para as FPICs

### Diretrizes Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

1. Fortalecimento da identidade regional;
2. Distribuição de Investimentos e oportunidades no território regional;
3. Formação de mão de obra segundo demandas locais;
4. Fortalecimento da base econômica, desconcentração da oferta de emprego e renda, e aumento da qualificação da mão de obra;
5. Programas de desenvolvimento agrícola voltado às cooperativas e pequenas propriedades;
6. Elaboração de Plano de Turismo Ecológico;
7. Identificação da precariedade e informalidade habitacionais com vistas à necessidade de regularização fundiária.

TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social  
SUBTEMA: **Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social**  
FPIC: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social  
PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-003; PP-023  
TÍTULO: Promoção da Formação e da Qualificação Profissional

**PE DEAS-001**

### **OBJETIVOS**

- Ampliar e distribuir pelo território a oferta de cursos de qualificação profissional.
- Adequar a oferta de qualificação profissional à realidade e às perspectivas econômicas da região.

### **AÇÕES PROPOSTAS**

- Estabelecer parcerias com entidades de classe, sindicatos patronais, associações comerciais e outras entidades similares, bem como instituições de ensino profissional na região, para produção de pesquisa periódica a respeito da demanda por qualificação dos profissionais pelas empresas.
- Promover cursos de capacitação e apoio aos empreendedores, trabalhadores autônomos e pequenas empresas, em parcerias com o Sebrae e demais instituições relevantes.

## Propostas para as FPICs Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – PE001

**TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social**

**SUBTEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social**

FPIC: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-003; PP-023

TÍTULO: Promoção da Formação e da Qualificação Profissional

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A oferta de qualificação adequada para a mão de obra da região é condição fundamental para o desenvolvimento econômico da AUF. A garantia de acesso à qualificação profissional à população de todos os municípios da região é primordial para mitigar os desequilíbrios de renda e oportunidades existentes

### DIRETRIZ

Formar convênios com as instituições públicas e privadas para ampliar, distribuir e adequar a oferta de qualificação profissional na região.

### AÇÕES PROPOSTAS

- Estabelecer parcerias com entidades de classe, sindicatos patronais, associações comerciais e outras entidades similares, bem como instituições de ensino profissional na região, para produção de pesquisa periódica a respeito da demanda por qualificação dos profissionais pelas empresas.
- Promover cursos de capacitação e apoio aos empreendedores, trabalhadores autônomos e pequenas empresas, em parcerias com o Sebrae e demais instituições relevantes.

TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social  
**SUBTEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social**  
FPICS: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social  
PROPOSTAS CONTEMPLADAS: **PP-052 PP-080**  
TÍTULO: Estímulo ao Desenvolvimento Agrícola Sustentável

**PE DEAS 002**

## OBJETIVO

Desenvolvimento agrícola sustentável.

## AÇÕES PROPOSTAS

- Integração das iniciativas municipais de apoio ao cooperativismo e a criação de iniciativas regionais com este fim.
- Apoio e integração das iniciativas de diversificação e aumento da produtividade e rentabilidade das propriedades agrícolas, com foco especial nas pequenas propriedades, na agricultura familiar e nas cooperativas de produtor

## Propostas para as FPICs - Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – PE002

TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

**SUBTEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social**

FPICs: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-052 PP-080

TÍTULO: Estímulo ao Desenvolvimento Agrícola Sustentável

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O setor agrícola, e a cadeia a ele associada, está entre os setores mais dinâmicos da economia regional. O apoio ao setor e a coordenação regional dessas atividades devem considerar os desequilíbrios regionais, as diferentes realidades dentro do setor (especialmente aos diferentes portes das empresas agrícolas), a necessidade de produção de alimentos frescos para o abastecimento regional e a adoção das melhores práticas para garantir a sustentabilidade econômica e ambiental da atividade.

### DIRETRIZES

- Coordenar as iniciativas municipais de apoio à atividade agrícola;
- Garantir e apoiar a produção local de alimentos, inclusive de seus canais de distribuição e comercialização;
- Definir estratégias regionais de contingência para queimadas, secas, geadas e outros eventos de impacto no setor, inclusive aqueles derivados das mudanças climáticas.

### AÇÕES PROPOSTAS

- Integração das iniciativas municipais de apoio ao cooperativismo e a criação de iniciativas regionais com este fim.
- Apoio e integração das iniciativas de diversificação e aumento da produtividade e rentabilidade das propriedades agrícolas, com foco especial nas pequenas propriedades, na agricultura familiar e nas cooperativas de produtores.

TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

SUBTEMA: **Atendimento Social**

FPIC: Atendimento Social

PROPOSTA(S) CONTEMPLADA(S): s/n

TÍTULO: Distribuição de Investimentos e Oportunidades pelo Território OBJETIVO

Promover o crescimento econômico regionalmente equilibrado e garantir o acesso da população ao emprego, à renda e aos serviços.

**PE DEAS 003**

## OBJETIVO

Promover o crescimento econômico regionalmente equilibrado e garantir o acesso da população ao emprego, à renda e aos serviços.

## AÇÕES PROPOSTAS

- Mapeamento das lacunas de infraestrutura e serviços nos municípios da região.
- Programa regional de atração de investimentos.
- Atuação junto à Desenvolve SP para avaliar a necessidade de oferta de novos produtos financeiros, de acordo com as demandas do setor produtivo, bem como maneiras de simplificar o acesso ao crédito.

## Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – PE003

**TEMA:** Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

**SUBTEMA:** Atendimento Social

FPIC: Atendimento Social

PROPOSTA(S) CONTEMPLADA(S): s/n

TÍTULO: Distribuição de Investimentos e Oportunidades pelo Território

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A análise da estrutura econômica da região e a distribuição espacial das atividades e dos investimentos demonstram os desequilíbrios entre os níveis de renda, oportunidades de trabalho e acesso a serviços. A mitigação dessa desigualdade se apresenta como uma oportunidade para o desenvolvimento regional mais sustentável, devendo atenuar problemas futuros resultantes do crescimento das cidades e do aumento da circulação de pessoas e das demandas por bens e serviços.

### DIRETRIZES

- Apoiar e promover a melhor distribuição dos investimentos públicos e dos serviços concessionados pelo território da metrópole.
- Incentivar a melhor distribuição dos investimentos privados pelo território da metrópole.
- Incentivar o espraiamento dos setores de maior dinamismo e intensidade tecnológica, sem comprometer suas economias de aglomeração.

### AÇÕES PROPOSTAS

- Mapeamento das lacunas de infraestrutura e serviços nos municípios da região.
- Programa regional de atração de investimentos.
- Atuação junto à Desenvolve SP para avaliar a necessidade de oferta de novos produtos financeiros, de acordo com as demandas do setor produtivo, bem como maneiras de simplificar o acesso ao crédito.

**TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social**

**SUBTEMA: Atendimento Social**

**PE DEAS 004**

FPIC: Atendimento Social

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-002; PP-025; SC-007

TÍTULO: Promoção e Proteção do Patrimônio Cultural e Fortalecimento da Identidade Regional

## OBJETIVOS

- Proteger e promover o patrimônio histórico e cultural da região;
- Fortalecer a identidade regional.

## AÇÕES PROPOSTAS

- capacitar os municípios para elaborar seus planos municipais de cultura e o inventário de seus bens culturais;
- criar um inventário regional de bens culturais para subsidiar as demais políticas públicas regionais, como o plano regional de turismo.
- criação de um cadastro único, público e de fácil acesso, dos trabalhadores da cultura de toda a cadeia produtiva da economia criativa da cultura, conforme estabelecido pela lei geral de proteção de dados pessoais.

## Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – PE004

TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

SUBTEMA: Atendimento Social

FPIC: Atendimento Social

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-002; PP-025; SC-007

TÍTULO: Promoção e Proteção do Patrimônio Cultural e Fortalecimento da Identidade Regional

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O patrimônio cultural, material e imaterial, é responsável pela formação da identidade, da ação e da memória dos diferentes grupos integrantes da sociedade. Sua proteção e promoção garantem não apenas a preservação, mas também a ampliação de seu uso cultural, didático e econômico. O PDUI prevê ações específicas para a preservação e a proteção do patrimônio cultural, e a temática deverá ser levada em consideração em todas as demais áreas e propostas, quando necessário.

O uso econômico do patrimônio cultural no turismo e na economia criativa, entre outros segmentos, contribui para sua manutenção e reprodução, além de proporcionar a geração de emprego e renda para as comunidades da região

### DIRETRIZES

- Apoiar a elaboração e a articulação dos planos municipais de cultura;
- Inventariar o patrimônio histórico e cultural da região;
- Proteger e preservar o patrimônio cultural da região.

### AÇÕES PROPOSTAS

- capacitar os municípios para elaborar seus planos municipais de cultura e o inventário de seus bens culturais;
- criar um inventário regional de bens culturais para subsidiar as demais políticas públicas regionais, como o plano regional de turismo.
- criação de um cadastro único, público e de fácil acesso, dos trabalhadores da cultura de toda a cadeia produtiva da economia criativa da cultura, conforme estabelecido pela lei geral de proteção de dados pessoais.

TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

**SUBTEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social**

**PE DEAS 005**

FPICS: Desenvolvimento econômico e Atendimento Social

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-024; PP-077

TÍTULO: Dinamização e Organização Econômica

## OBJETIVO

Dinamização da economia local

## AÇÕES PROPOSTAS

- Integrar iniciativas municipais de sistemas de oferta de vagas de empregos, com vistas à criação de um sistema regional de oferta de vagas;
- Integrar iniciativas municipais de apoio ao empreendedorismo e à criação de iniciativas regionais com este fim, com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, do Sebrae e demais entidades relevantes;

## Propostas para as FPICs – Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social – PE005

TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

**SUBTEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social**

FPICs: Desenvolvimento econômico e Atendimento Social

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-024; PP-077

TÍTULO: Dinamização e Organização Econômica

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

O contexto da economia regional da Aglomeração Urbana de Franca, seus fluxos de mercadorias, de serviços e de pessoas entre os diferentes

municípios exigem soluções integradas e coordenação entre as estratégias municipais de dinamização da economia, acesso ao emprego e renda das populações. O Conselho de Desenvolvimento da AUF precisa atuar soluções que extrapolem os limites municipais, e que tenham em vista a mitigação dos desequilíbrios regionais quanto ao desenvolvimento econômico.

### **DIRETRIZES**

- Adotar ações para a garantia de acesso ao emprego e à renda, regionalmente;
- Dar suporte às iniciativas de assistência ao empreendedorismo e ao cooperativismo na região;
- Estabelecer uma coordenação e integração entre os programas municipais existentes.

### **AÇÕES PROPOSTAS**

- Integrar iniciativas municipais de sistemas de oferta de vagas de empregos, com vistas à criação de um sistema regional de oferta de vagas;
- Integrar iniciativas municipais de apoio ao empreendedorismo e à criação de iniciativas regionais com este fim, com o apoio da Secretaria de

Desenvolvimento Econômico, do Sebrae e demais entidades relevantes;

- Integrar iniciativas municipais de apoio ao cooperativismo e à criação de iniciativas regionais com este fim, com o apoio da Secretaria de

Desenvolvimento Econômico, do Sebrae e demais entidades relevantes

## **Propostas Estruturadas para Transporte, Mobilidade e Logística**

**PE TSV 001: Elaboração de pesquisas e planos para o planejamento do transporte, da mobilidade e da logística regional**

**PE TSV 002: Integração do Planejamento e Operação dos Sistemas e Serviços de Transporte Público Regional**

**PE TSV 003: Promoção de Melhorias na Infraestrutura de Transporte, Viário e de Logística Regional**

## Propostas para as FPICs

### Diretrizes Transporte e Sistema Viário

1. Elaborar pesquisa origem-destino na Aglomeração Urbana de Franca;
2. Implementar bilhetagem única no transporte municipal e intermunicipal no Arranjo Populacional de Franca;
3. Oferecer suporte à elaboração dos planos diretores de transporte e mobilidade;
4. Priorizar projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano e regional integrado.

TEMA: Transporte, Mobilidade e Logística

**SUBTEMA: Transporte e Sistema Viário Regional**

**PE TSV 001**

FPIC: Transporte e Sistema Viário Regional

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-074 AUF; PP-076 AUF; PP-088 AUF

**TÍTULO: Elaboração de pesquisas e planos para o planejamento do transporte, da mobilidade e da logística regional**

#### OBJETIVOS

- Realizar pesquisas, planos e outros eventuais estudos para a temática de mobilidade, como instrumentos de planejamento necessários à estruturação e à efetivação do funcionamento da aglomeração urbana
- Levantar dados e gerar informações que identifiquem e caracterizem os fluxos de deslocamentos de pessoas, cargas e frota veicular na região e o nível de intensidade de ligações existentes entre os centros urbanos da região.
- Planejar, em escala regional, a infraestrutura e os serviços de transporte público, o ordenamento do trânsito e do sistema viário, com o objetivo de estruturar uma rede metropolitana de mobilidade e logística.

#### **Ações propostas**

- Pesquisa origem-destino;
- Plano de mobilidade e logística regional;
- Planos de mobilidade municipal.

## Propostas para as FPICs – Transporte e Mobilidade - PE001

TEMA: Transporte, Mobilidade e Logística

**SUBTEMA: Transporte e Sistema Viário Regional**

FPIC: Transporte e Sistema Viário Regional

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-076 AUF; PP-088 AUF

**TÍTULO: Elaboração de pesquisas e planos para o planejamento do transporte, da mobilidade e da logística regional**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

A Aglomeração Urbana de Franca, recentemente instituída, carece de dados e informações qualificadas sobre o tema de mobilidade nos 19 municípios que constituem a região.

Nas audiências públicas realizadas e nas propostas da sociedade civil e poder público, foram apontados problemas na oferta de transporte público intermunicipal para a conexão das cidades da região, falhas que atrapalham a integração e a estruturação de um sistema regional de transportes.

A implementação do sistema regional de transportes é importante para articular, formar e estimular uma rede de centralidades urbanas no território da AUF, de forma a equilibrar a presença desses centros na região e facilitar o acesso da população a estas localidades. Mas, para a consecução desse objetivo, são necessárias ações prévias, como um diagnóstico territorial sobre as características de deslocamento da população, para realizar viagens por motivos como trabalho e estudo, assim como aqueles demandados por empresas para o transporte ou recebimento de cargas e mercadorias.

É relevante que, com base nos diagnósticos feitos, sejam realizados planos articulados nas escalas municipal e regional para nortear políticas públicas e ações que tenham por objetivo tornar o transporte regional mais acessível e integrado para os seus habitantes e organizações.

## Propostas para as FPICs – Transporte e Mobilidade - PE001

### DIRETRIZES

- Reunir os atores competentes do setorial de transporte e mobilidade (Secretaria de Transportes Metropolitanos, secretarias e departamentos municipais, DER, Artesp, Arsesp, etc.) para alinharem expectativas e ações no que tange ao planejamento, à contratação e à execução de pesquisas e planos para o tema na AUF;
- Promover um diálogo permanente entre os órgãos do setor de transporte, nos níveis municipal, regional, estadual e federal, para que possam alinhar as respectivas ações e efetivar uma governança interfederativa da mobilidade regional;
- Definir o órgão que ficará responsável pela contratação e acompanhamento das pesquisas e planos regionais, assim como da avaliação dos resultados obtidos. Ideal que esta definição ocorra em breve tempo para dar celeridade, tanto à realização dos estudos como à estruturação do sistema regional de transporte público;
- Elaborar o Plano de Mobilidade e Logística Regional em sequência aos resultados da pesquisa metropolitana de deslocamentos, de forma a delinear um planejamento ajustado com base nos gargalos e problemas identificados na pesquisa. O plano em destaque deverá contemplar itinerários essenciais, viabilidade das linhas de ônibus, sistema de tarifação e bilhetagem adequados, fonte energética sustentável, entre outros aspectos;
- No caso dos planos de mobilidade municipal, viabilizar sua realização com base nas exigências da Lei de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587), que torna obrigatória para os municípios integrantes de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas (independentemente do tamanho de suas populações) a realização dos respectivos planos. Importante observar que, enquanto os municípios não cumprirem a exigência, estarão inaptos a angariar recursos federais para investimentos em transporte e mobilidade;
- Auxiliar, via instâncias regionais ou estaduais, municípios da região que porventura tenham dificuldades técnicas ou financeiras para realizar os seus respectivos planos de mobilidade municipal;
- Para os municípios com planos já realizados, após a conclusão das pesquisas e dos planos metropolitanos, adaptá-los com base nos resultados destes. Para os municípios que ainda não o fizeram, se em tempo, realizar os seus respectivos planos de forma já alinhada com os estudos metropolitanos;

## Propostas para as FPICs - Transporte e Mobilidade - PE001

- Definir um horizonte temporal para a revisão parcial e integral dos planos de mobilidade e logística, de modo a adaptá-los com base nos resultados obtidos de sua aplicação e do surgimento de novos fatores dinâmicos na região;

### Ações propostas

- Pesquisa origem-destino;
- Plano de mobilidade e logística regional;
- Planos de mobilidade municipal.

TEMA: Transporte, Mobilidade e Logística

**SUBTEMA: Transporte e Sistema Viário Regional**

**PE TSV 002**

FPIC: Transporte e sistema viário regional

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-074 AUF

**TÍTULO: Integração do Planejamento e Operação dos Sistemas e Serviços de Transporte Público Regional**

### **OBJETIVOS**

- Promover maior integração do transporte público coletivo entre os municípios que integram a região;
- Otimizar e ampliar a oferta de transporte público coletivo, de modo que o serviço esteja presente em todos os municípios da região;
- Estruturar um serviço de transporte público com capacidade de fomentar a vitalidade das subcentralidades urbanas da região;
- Promover medidas que tornem o sistema de transporte regional mais seguro, acessível e sustentável.

### **AÇÕES PROPOSTAS**

- Criar câmara regional como fórum de discussão entre os diferentes atores;
- Planejar o setorial de transporte e logística regional e a implementar a gestão do sistema integrado de bilhetagem do transporte público coletivo.

## Propostas para as FPICs – Transporte e Mobilidade - PE002

TEMA: Transporte, Mobilidade e Logística

**SUBTEMA: Transporte e Sistema Viário Regional**

FPIC: Transporte e sistema viário regional

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP-074 AUF

**TÍTULO: Integração do Planejamento e Operação dos Sistemas e Serviços de Transporte Público Regional**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

A Aglomeração Urbana de Franca, recentemente instituída, carece de medidas para organizar regionalmente o seu serviço de transporte coletivo, sendo este um aspecto necessário para conectar, de forma eficiente, as centralidades e subcentralidades urbanas da região. Nas propostas feitas pela sociedade civil e pelo poder público da região, no âmbito do PDUI-AUF, foram levantados problemas relativos à ausência de um serviço regionalizado de transporte.

Os relatos também buscam evidenciar problemas na oferta de transporte intermunicipal em parte dos municípios da região, em especial naqueles com pequeno porte demográfico. A inexistência de um órgão para coordenar o planejamento, a operação e a fiscalização do serviço de transporte público coletivo por ônibus, em especial o intermunicipal, dificulta que ajustes e investimentos sejam feitos para melhorar a qualidade do serviço prestado à população.

## Propostas para as FPICs – Transporte e Mobilidade - PE002

### DIRETRIZES

- Implementar a integração tarifária e de bilhetagem nos serviços de transporte público coletivo;
- Priorizar projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano e regional integrado, como corredores de ônibus, faixas preferenciais etc.;
- Planejar e coordenar, de maneira mais integrada, medidas para a organização do tráfego e do trânsito da região;
- Investir em fontes de combustível menos poluentes e mais sustentáveis para abastecer a frota de transporte público, observando, para isso, o potencial existente na região quanto a fontes de combustível sustentáveis com origem na indústria sucroenergética;
- Mitigar os impactos do transporte de cargas e mercadorias no sistema viário e de tráfego local;
- Incentivar formas de mobilidade ativa entre centralidades urbanas próximas, por meio de investimentos em estruturas cicloviárias e peatonais;
- Reduzir a dependência do transporte motorizado individual na matriz de deslocamentos da região;
- Implementar medidas que ampliem a acessibilidade do transporte público para pessoas com necessidades especiais de locomoção;
- Orientar a ocupação urbana no entorno dos eixos viários com presença de transporte público, de modo a reduzir a dependência do transporte motorizado individual;
- Preservar os trilhos ferroviários atualmente inoperantes com vistas ao futuro aproveitamento em projetos para transporte público sobre trilhos;
- Recuperar e valorizar o patrimônio ferroviário da região, seja como ativo para a valorização da história regional seja como possibilidade para projetos futuros.

### AÇÕES PROPOSTAS

- Criar câmara regional para o diálogo e a articulação entre os atores governamentais das esferas federal, estadual e municipal, os atores

TEMA: Transporte, Mobilidade e Logística

**SUBTEMA: Transporte e Sistema Viário Regional**

FPIC: Transporte e Sistema Viário Regional

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: SC-AUF-005; PP-AUF-043; PP-AUF-068;

**TÍTULO: Promoção de Melhorias na Infraestrutura de Transporte, Viário e de Logística Regional**

**PE TSV 003**

### OBJETIVOS

- Adequar a infraestrutura da rede viária às demandas dos fluxos de deslocamentos para transporte, mercadorias e passageiros, de modo a tornar essa rede funcionalmente mais integrada às necessidades metropolitanas/regionais;
- Estruturar o sistema viário regional para conectar, de forma apropriada, os fluxos entre centralidades e subcentralidades urbanas da região;
- Promover melhorias em vias que possam induzir a formação de centralidades e subcentralidades urbanas, de modo a equilibrar a presença destes centros no território da região;
- Melhorar a segurança objetivando reduzir o número de acidentes e roubo de cargas;
- Identificar estruturas viárias e de logística existentes com potencial para o desenvolvimento econômico regional;
- Adotar medidas para dirimir o impacto da rede viária sobre o meio ambiente.

### AÇÕES PROPOSTAS

- Criar fórum de diálogo entre os atores envolvidos na manutenção e promoção de melhorias sobre a rede viária e de logística regional;
- Promover investimentos na infraestrutura viária da região

## Propostas para as FPICs – Transporte e Mobilidade - PE003

TEMA: Transporte, Mobilidade e Logística

**SUBTEMA: Transporte e Sistema Viário Regional**

FPIC: Transporte e Sistema Viário Regional

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: SC-AUF-005; PP-AUF-043; PP-AUF-068;

**TÍTULO: Promoção de Melhorias na Infraestrutura de Transporte, Viário e de Logística Regional**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

Nas propostas (sociedade civil e poder público), foram identificadas demandas relativas à implementação e à melhoria de infraestruturas inerentes ao sistema de transporte na região, em especial as relacionadas ao sistema viário.

### **DIRETRIZES**

#### **• DIRETRIZES**

- Duplicar trechos rodoviários com estrutura subdimensionada para o uso atualmente existente, ou ainda duplicar aqueles trechos identificados como estratégicos para a indução da conexão entre centralidades urbanas e para o desenvolvimento econômico regional;
- Recuperar e pavimentar estradas vicinais que possam ter a função de conectar as cidades da região, facilitando, ainda, o escoamento da produção das áreas rurais e servindo de rota para o transporte coletivo ou com potencial de uso em roteiros turísticos;
- Racionalizar a circulação do tráfego veicular no viário urbano, de modo a separar o fluxo regional e inter-regional de longas distâncias daquele com circulação intraurbana nas cidades da região. Caso necessário, implementar vias lindeiras a rodovias para separar fisicamente esses fluxos;
- Construir ou promover melhorias em estruturas da rede viária (viadutos, rotatórias, passagens de nível, cruzamento com ferrovias, etc.) que sejam estratégicas para a dinâmica urbana regional e na conexão entre cidades, de modo a reduzir restrições que impactam a fluidez dos deslocamentos da região;
- Aproveitar o potencial logístico dos oleodutos, etanoldutos, ferrovias e rodovias nacionais que cortam a região como ativos logísticos relevantes que podem ser utilizados para promover atividades econômicas no entorno desses eixos, assim como reduzir a dependência do uso das rodovias

## Propostas para as FPICs – Transporte e Mobilidade - PE003

Adotar medidas que possam aumentar a segurança pública ao longo de rodovias, com a implementação de centrais de monitoramento por câmera, novos postos policiais, ampliação da iluminação etc., visando reduzir problemas quanto ao roubo de cargas que circulam na região;

- Adotar medidas para reduzir o efeito de borda das rodovias sobre a vegetação do bioma Cerrado, considerando que os eixos viários podem ser pontos de início e propagação de incêndios nas áreas vegetadas, agrícolas e de pastos que estão na área de influência das rodovias;
- Identificar zonas sensíveis à travessia da fauna em rodovias da região e construir ou implementar soluções que possam facilitar a circulação dessas espécies, com o objetivo de reduzir a morte de animais e acidentes veiculares;
- Adotar medidas para evitar que, em casos de acidentes com cargas perigosas e poluentes em rodovias, ferrovias e dutos, estes fluídos ou resíduos não atinjam os recintos do Aquífero Guarani e do lençol freático regional, de modo a preservar esta importante fonte de abastecimento hídrico regional.

### AÇÕES PROPOSTAS

- Criar fórum de diálogo entre os atores envolvidos na manutenção e promoção de melhorias sobre a rede viária e de logística regional;
- Promover investimentos na infraestrutura viária da região.

TEMA: Governança Metropolitana

SUBTEMA: Gestão Metropolitana

FPICS- Desenvolvimento Econômico, Atendimento Social, Meio Ambiente, Planejamento e Uso do Solo, Habitação

**PROPOSTAS CONTEMPLADAS – S/ propostas**

**TÍTULO- Estabelecer mecanismos de governança metropolitana**

### **OBJETIVOS**

- Nova abordagem que aprimore os mecanismos de governança para enfrentar os desafios da competitividade, da sustentabilidade e da melhoria da qualidade de vida no ambiente urbano – ou seja, o grande desafio deste século, que é a promoção do desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade tornou-se referência central para as políticas metropolitanas.

### **AÇÕES PROPOSTAS**

- Desenvolver plataforma colaborativa para coleta de dados dos municípios da região metropolitana;
- Instituir Programa de Educação Ambiental Regional, considerando a abordagem de práticas e experiências de cidades inteligentes

## Propostas para as FPICs – Governança Metropolitana 01

**TEMA:** Governança Metropolitana

**SUBTEMA:** Gestão Metropolitana

**FPICs-** Desenvolvimento Econômico, Atendimento Social, Meio Ambiente, Planejamento e Uso do Solo, Habitação

**PROPOSTAS CONTEMPLADAS – S/ propostas**

**TÍTULO-** Estabelecer mecanismos de governança metropolitana

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Há um amplo conjunto de políticas e ações atribuídas aos municípios integrantes da AUF para atender à demanda de suas populações. No entanto, o impacto dessa atuação tende a ser menor e o uso dos recursos menos eficiente, devido à ausência de planejamento e de instrumentos de coordenação regional.

### DIRETRIZES

- Elaborar o regramento e organizar consórcios de compras coletivas de materiais e serviços;
- Instituir certificação de origem metropolitana, e dar preferência em compras públicas;
- Implantar planejamento e ação coordenada e integrada em investimentos e ações de segurança pública sob atribuição municipal, para aprimorar a política de segurança metropolitana;
- Elaborar regramento para a gestão de uma política de saúde metropolitana, buscando investimentos e instrumentos disponíveis para compartilhamento de responsabilidades e equipamentos entre municípios da RMP;
- Fomentar o acesso à cultura e aprimorar as políticas de proteção aos equipamentos históricos e culturais em todos os municípios, mobilizando, entre outros instrumentos, parcerias com universidades e instituições metropolitanas;
- Trocar experiências de aplicação de políticas públicas municipais.

## Propostas para as FPICs – Governança Metropolitana 01

### AÇÕES PROPOSTAS

- Desenvolver plataforma colaborativa para coleta de dados dos municípios da região metropolitana;
- Instituir o Programa de Educação Ambiental Regional, considerando a abordagem de práticas e experiências de cidades inteligentes.

<https://auf.pdui.sp.gov.br/>

[pdui@fipe.org.br](mailto:pdui@fipe.org.br)